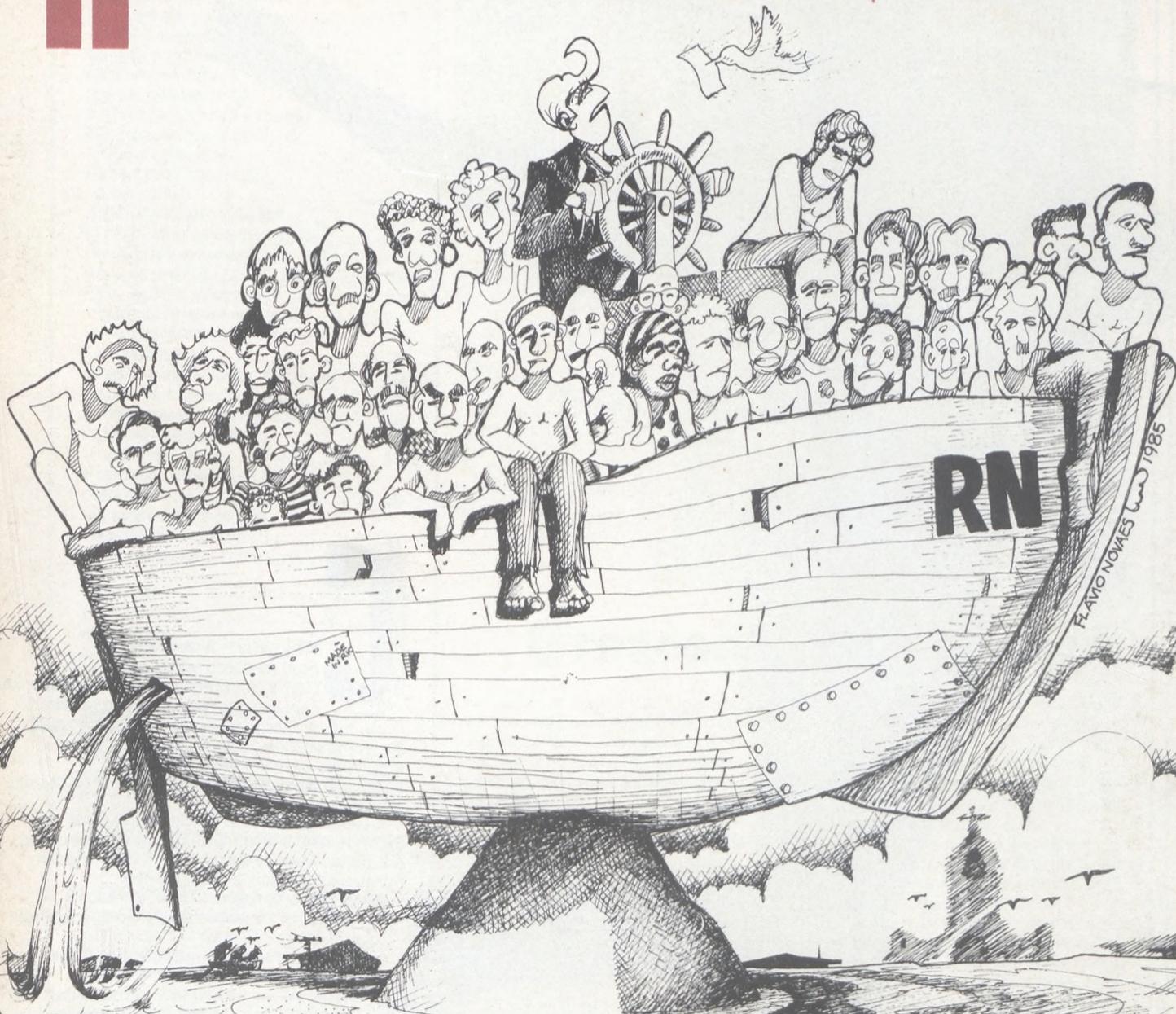


REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 165 • JUNHO/85 • CR\$ 3.000



O BALANÇO DAS ENCHENTES

907

GOVERNO ENTRA NA MODA



Como gerar novos empregos num mercado em crise? Como estimular vocações empresariais com poucos recursos para investir?

Na busca dessas respostas, o Governo José Agripino encontrou na indústria da Moda inspiração para um novo programa administrativo. E meio para atingir uma de suas metas.

Criando o Clube da Moda - Modanatal - e fazendo dele instrumento de sua ação no setor, em pouco mais de um ano de trabalho, já tem números expressivos a apresentar.

São 1.035 empregos diretos, gerados e mantidos por 26 pequenas e médias empresas que formam o Clube.

Empresas que recebem orientação técnica (assessoria especializada, promoção de cursos, seminários e desfiles), apoio creditício e cobertura promocional. Fatores que, somados, oferecem a todas essas empresas condições de competição até com os grandes fabricantes.

Eleger a indústria da Moda como alternativa econômica é parte de uma ação administrativa que busca caminhos novos. Caminhos capazes de levar o Rio Grande do Norte ao progresso. São ações governamentais que se completam, todas elas voltadas para atender ao cidadão. Estimular suas vocações. Desenvolver suas potencialidades. Apoiar suas iniciativas.

Fazendo a sua vontade.



Governo José Agripino
Pela vontade do povo

Secretaria da Indústria e Comércio

CDI - Companhia de Desenvolvimento Industrial

ESTADO

O balanço da economia do	
Estado após as enchentes	10
Os números do prejuízo	11
Os dividendos políticos	
da tragédia	13
A real situação do	
parque salineiro	15
No Vale do Açu, a Barragem	
causa desassossego	17
A política começa a mudar	20
Na disputa municipal, os	
ânimos se exaltam	21
Sistema de vacinação	
não satisfaz	23
A dívida externa do RN	24
O crescimento da violência	25
Um projeto alimentar	
para os pobres	26
CDL agiliza a cobrança	27
Viajar só mesmo por terra	28
Um programa de auditório	
faz sucesso	29
Cresce a opção pela marmita	30
Os novos bares do Centro	31
O setor têxtil está em ascensão	32
A UFRN não muda na	
Nova República	34
Fundação José Augusto	
espera mudanças	36
Os escritores buscam	
fortalecer entidade	37
Uma consulta à sociedade	40

ARTIGO

Garibaldi Filho	7
Ney Lopes	9
Economia	42
Esporte	46

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cartas & Opiniões	6
Cultura	41
Agenda do Empresário	43

HUMOR

Cláudio	44
---------------	----

FOTOGRAFIA

João Maria Alves
Aldorisse Bezerra
Carlinhos

CAPA

Flávio Américo



O rescaldo da tragédia

Passados os momentos mais agudos da crise que assolou o Estado com a repetição do fenômeno cíclico «enchente», é a hora de apreciar o rescaldo de toda a tragédia e sofrimento. Ao que tudo indica, o poder público não sofreu tanto quanto o povo desabrigado; afinal, os recursos repassados ao Rio Grande do Norte para reconstruir a economia potiguar acabam, em última instância, gerando empregos emergenciais e fazendo circular dinheiro por muitos setores. Isso não diminui o prejuízo real, que tem minado, ao longo de tantos anos, o

nosso precário equilíbrio econômico. Mas existem outros dividendos obtidos com a tragédia e esses, com certeza, são políticos. É isso que pode ser constatado numa ampla e unificada análise sobre as enchentes, a partir da página 10. E, na reportagem da página 34, vale a pena descobrir a quantas anda a nossa Universidade no espocar de um novo momento político, configurado pela Nova República. Que ainda não foi o suficientemente forte para conseguir mudanças reais e benéficas para o nosso sistema universitário de ensino.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 165 • JUNHO/85 • CR\$ 3.000

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira

DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETORA DE REDAÇÃO: Josimey Costa

PRODUÇÃO

Joselino Wanderley

ARTE

Joselino Wanderley
Carlos José Soares

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Moacir de Oliveira

FOTOCOMPOSIÇÃO

Antônio José Damasceno Barbalho

REVISÃO

Jóis Alberto

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira

GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio-econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 3.000. Preço da assinatura anual: Cr\$ 30.000. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 5.000. Consulta ao arquivo-memória: Cr\$ 20.000.

ESTRANHO INTERESSE — A confecção de carteiras estudantis para a Secretaria Municipal de Educação despertou, entre alguns funcionários daquele órgão, um interesse que no mínimo só pode ser considerado estranho. E a razão dessa estranheza fica bem patente quando se reconstitui toda a situação que envolveu a licitação do serviço.

A licitação estava marcada para ser entregue no dia 15 de janeiro último, com três empresas gráficas concorrentes: Companhia Editora do Rio Grande do Norte — Cern, Indústria Gráfica União e RN/ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda. Entre as exigências da licitação — o que não é comum — vinham especificações técnicas que não são do conhecimento de pessoas leigas ao ramo gráfico. Em virtude disso, a direção de RN/ECONÔMICO procurou o chefe de gabinete do Secretário da Educação, Sr. Augusto Carlos Bezerra, para os devidos esclarecimentos, o que não foi possível, pois o mesmo estava viajando. E, apesar da total falta de dados para cumprimento de uma das exigências da licitação — “prova impressa da carteira”, para o que não foi fornecido modelo com dados e forma — comparecemos na data marcada com nossa proposta de preço e prova de impressos. Como o dia marcava o início da Nova República, dia da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, somente a gráfica RN/ECONÔMICO compareceu à Secretaria de Administração para abertura da licitação. Desse modo, a comissão de licitação considerou a gráfica vencedora da concorrência.

Para surpresa de RN/ECONÔMICO, no dia 24 de janeiro chega uma carta-convite (n.º 004/85) abrindo nova licitação de carteiras estudantis. A carta-convite trazia, além das exigências anteriores, uma a mais: “É indispensável a prova impressa da identidade estudantil, com as discriminações: impressão de fundo, uma retícula (10%) da BY CHROME SPECIAL,

tendo o símbolo de Natal em negativo. O papel deverá ser Westerprint 60 Kg, no formato 72, na cor laranja clássico”. Diante de tantas exigências fora das normas de uma licitação para serviços gráficos — o necessário é apenas a prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade junto à Previdência e ao FGTS, segundo regulamentação federal — a direção de RN/ECONÔMICO procurou novamente a pessoa responsável, o Sr. Augusto Carlos Bezerra. O mesmo nos recebeu em seu gabinete para nos entregar o modelo da carteira.

Durante a conversa com o Sr. Augusto Carlos, nos foi comprovada a total falta de conhecimento, por parte do mesmo, das exigências contidas na carta-convite. Ou seja, ele desconhecia o que era uma retícula ou até mesmo um formato 72. Ainda assim, aceitamos o modelo que ele próprio havia encomendado a uma das gráficas concorrentes, segundo declaração sua. Ele afirmou não ter motivo para explicar o cancelamento da licitação anterior, e exigia a prova impressa da carteira para evitar as falsificações que vinham ocorrendo nos anos anteriores.

Novamente, no dia e hora marcados para a abertura da licitação, comparecemos e, das gráficas convidadas — as mesmas da primeira licitação — somente mais outra estava presente: a Cern. RN/ECONÔMICO mais uma vez foi a vencedora, e não pelo preço, mas sim por ter cumprido a exigência da prova impressa com um detalhe a mais: 4 tipos de carteiras com aplicação de retículas diferentes para escolha da comissão.

Passados alguns dias, comparecemos à Secretaria Municipal de Educação para a definição da carteira escolhida. Aprovado o modelo, tínhamos um prazo de 10 dias para entrega da encomenda. Entregamos em 5 dias. Apesar de todas as exigências, a falsificação ocorreu. A Polícia, após todos esses meses, desbarata uma “gang” de falsificadores que, tudo indica, con-

feccionou os formulários em Recife. Porém, é estranho que alguns repórteres policiais venham insinuar, através dos veículos de comunicação da cidade, que as carteiras falsas tenham saído das oficinas de RN/ECONÔMICO, mesmo tendo sido comprovada a retirada de 10 carteiras sem a nossa autorização, o que foi feito por um hoje ex-funcionário nosso, por cujos atos, fora da nossa empresa, não podemos nos responsabilizar.

Queremos deixar bem claro que jamais, em nossa longa atividade gráfica, tivemos um fato sequer que pudesse nos desabonar perante nossos clientes. E que fique bem claro, também, que as carteiras apreendidas são uma falsificação grosseira do modelo original, faltando detalhes de retícula e cor padrão de tinta, conforme comprovação do Delegado Nilton Cruz. Cabe-nos, ainda, lembrar que qualquer documento ou impresso pode ser falsificado a partir de um original, embora, no presente caso, este precisasse ser redesenhado, pois não podia ser filmado diretamente em virtude da aplicação de retículas e da cor laranja (o mesmo ocorre com o processo de cópia xerox). Para marginais e falsificadores, não existe limite de imaginação, tanto que ainda não se conseguiu extinguir falsificadores de dinheiro.

Estranhamos, é forçoso repetir, o comportamento de funcionários da Secretaria Municipal de Educação que, inclusive, fizeram declarações em uma emissora de rádio da cidade afirmando que as carteiras falsas saíram da gráfica RN/ECONÔMICO. Isso não passou de felonía e má fé, deixando transparecer interesses outros. No entanto, a verdade será conhecida, o responsável pela falsificação aparecerá, bem como a gráfica que burlou a lei. Convidamos a quem levanta falsas suspeitas a conhecer a nossa tradição de lisura junto aos nossos clientes. Assim, terá de reconhecer que jamais estivemos envolvidos com negociatas. Sempre fomos e seremos,

acima de tudo, honestos, do a quem doer.

○ ○ ○ ○ ○ ○

REFORMA — Lideranças empresariais rurais já respiram mais aliviados. O Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, passou o recado que todos esperavam: “Não se pretende modificar a forma de propriedade da terra”, e garantiu que a propriedade produtiva será respeitada. Mas ainda há gente com a pulga atrás da orelha, pois não se sabe quais os critérios que definirão uma propriedade produtiva.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ESTATAIS — Quantas são, o que fazem? Aos poucos o Governo da Nova República vai tomando conhecimento de suas atividades. E anuncia: somente as eficientes receberão apoio. A SEST (Secretaria de Controle das Estatais) controla 422 estatais responsáveis por um orçamento global em torno dos Cr\$ 400 trilhões. Apenas dez grandes empresas respondem por 90% desse orçamento gigante, dentre elas a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Telebrás, Nuclebrás e Siderbrás, que jamais serão privatizadas. Há empresas, acreditam, que, paradas, dariam menos prejuízo do que funcionando.

○ ○ ○ ○ ○ ○

HOMEOPATIA — Os médicos homeopatas e acupuntaristas terão vez na assistência médica

pública. O Ministério da Previdência e Assistência Social já determinou a contratação dos primeiros profissionais, que atuarão nos ambulatórios do INAMPS. O emprego da homeopatia no tratamento dos pacientes será testado. Se os resultados forem positivos, também os hospitais públicos passarão a utilizá-la. O projeto tem total apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

○ ○ ○ ○ ○ ○

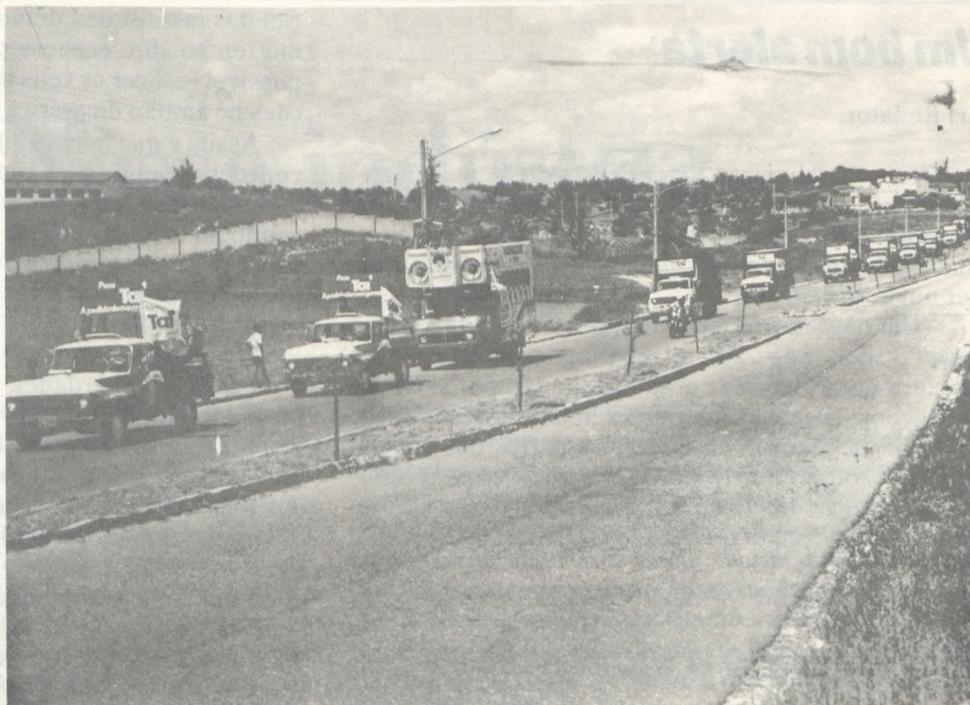
PEDIDA — Os fabricantes de Coca-Cola estão abocanhando uma expressiva fatia do mercado brasileiro de refrigerantes, estimado em 4 bilhões de litros/ano, com o lançamento do guaraná **Tai**, "A pedida da nova geração". Como não poderia deixar de ser, tudo precedido de uma inteligente campanha publicitária, reforçada por um simpático personagem — o «Repórter Tai». No RN, o guaraná é fabricado e distribuído pela Poty Refrigerantes.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ABBOTT'S — Rua Apodi, esquina com a Campos Sales, é o endereço do mais novo restaurante da cidade. Quem conhece o Kazarão não necessita de qualquer recomendação extra, já que o proprietário é Luís Carlos Abbott Galvão.

○ ○ ○ ○ ○ ○

RESTITUIÇÕES — 4 milhões e 200 mil contribuintes com direito à restituição do Imposto de Renda retido na Fonte vão receber, a partir



A pedida da nova geração

deste mês, Cr\$ 8 trilhões. Os primeiros lotes de notificações são destinados aos contribuintes com direito a um volume menor de restituições. Em qualquer caso, não deve haver pressa: o pagamento é feito com correção monetária.

○ ○ ○ ○ ○ ○

PIS/PASEP — A pequena empresa terá, a partir do próximo exercício financeiro (que come-

ça em julho), ajuda do PIS/PASEP. O Ministério da Fazenda determinou ao Conselho do PIS/PASEP que destine 10% das novas aplicações para investimentos em ações (as grandes empresas reivindicavam um percentual maior) e um percentual mais elevado para as pequenas e médias empresas. O patrimônio líquido do PIS/PASEP é da ordem de Cr\$ 43 trilhões.

INVESTIMENTOS — Governo do Estado e Federação das Indústrias vão elaborar o «Diagnóstico de Oportunidades Agroindustriais da Chapada do Apodi», visando a interiorização do setor industrial. A Chapada do Apodi possui solos de boa qualidade, excelente potencial hídrico e condições climáticas favoráveis a novos investimentos na agricultura e na agroindústria.

○ ○ ○ ○ ○ ○

IMPOSTO DE RENDA — Tem muita gente preocupada com a restituição do Imposto retido na Fonte. Quem comanda o «Leão» conhece todos os figurões, suas escaramuças, falcatruas e outras velhas práticas — de uma Velha República. Se o domador resolver testar as garras de seu perigoso bichano, certamente haverá muito gemido.



O restaurante de Luiz Carlos

Um bom alerta

Sr. Redator,

Quero parabenizar **RN/ECONÔMICO** pela matéria sobre automóveis na última Edição (n.º 163, Abril de 1985), quando a Revista favoreceu ao Leitor, uma visão ampla de que, nem sempre consórcio pode ser um bom negócio.

“Um negócio não é tão bom se a firma não for confiável” (Box, pág, 27); a reportagem mostra a face obscura do «Negócio», e ao mesmo tempo, serve de alerta aos que possam querer realizar o sonho de adquirir um automóvel, e cair nas garras dos trambiqueiros e/ou administradores inescrupulosos.

Continuem dando ênfase a assuntos dessa natureza, com a seriedade que a **RN/ECONÔMICO** sempre desfrutou.

Atenciosamente, — **ADONIS REIS — NATAL/RN**

Novamente a violência

Sr. Redator,

Na edição de n.º 164 desta conceituada revista, neste mesmo canto de página, resolvi abordar um tema que, seguramente em muito estávamos precisando que fosse noticiado, tema este que diz respeito a violência e a criminalidade no Rio Grande do Norte. E mais uma vez, diante desta oportunidade que me está sendo concedida neste canto de página por esta conceituada revista, venho reivindicar aos órgãos competentes deste setor a adoção de uma política mais enérgica para acabar de uma vez por toda ou mesmo diminuir o índice de criminalidade em nosso Estado, acabar ou diminuir com a delinquência infantil que cresce assustadoramente e hoje é um produto da violência. Falar de violência hoje é falar de sua face mais imediata e sensível que é a face da agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família. E esta violência está presente nos bairros sofisticados e nas favelas, nos bairros da classe média e nos pardieiros etc etc. Então, senhores leitores deste canto de página, vamos pensar na violência e que esse pensar seja o primeiro passo positivo em direção ao repúdio de todas as formas de violência. Só assim, creio, poderemos um dia juntos construir um mundo em que a violência seja um incidente episódio e circunstancial.

Com os agradecimentos pela publicação, desde já subscrevo-me.

Atenciosamente, — **NELSON DOS SANTOS ALVES — NATAL/RN.**

Convocando os jovens

Sr. Redator,

A Nova República caminha firme para a restaura-

ção das instituições democráticas no Brasil e ao mesmo tempo abre espaços para que aos brasileiros seja possível realizar os seus desejos e atender as convocações no âmbito da prática política.

Assim é que hoje os sindicatos já não sofrem intervenções, as entidades representativas de negros, mulheres, jovens, etc., estão se reordenando e se fortalecendo na medida em que se toma consciência que da sua prática de organização não resultará procedimentos tão comuns anos atrás e que sabidamente espantava futuros militantes.

Tristes são os anos em que com medo da repressão e da falta de liberdades muitas lideranças negavam uma efetiva defesa de posições e compromissos, vendendo o seu cargo de líder de classe ou de categoria aos favores e aquinhoamentos que os donos de poder lhes ofereciam, em prejuízo dos seus representados. E quem não identifica ainda hoje as lideranças pelegas?

E qual é o caminho que haveremos de seguir?

Sim, participação, efetiva, concreta, conscienciosa, a fim de espantar o peleguismo das instituições e torná-las vivas, saudáveis, combativas, contra o que for para ser contra e a favor do que for para ser a favor, desde que obedecendo aos interesses dos representados e objetivando a constância do regime democrático de Governo.

Atualmente, está em processo de reconstrução o Setor Jovem do PMDB, que tem já marcada uma convenção municipal para o dia 22 de junho de 1985. Até o dia 10 de junho estarão sendo realizadas filiações para quem desejar participar do setor e todas as terças-feiras estão sendo realizadas reuniões para discutir, avaliar e encaminhar os preparativos para a Convenção.

Convocando os jovens de Natal a assumir em seu meio uma participação efetiva da vida política, social e econômica de Natal, deixando para trás a postura impassível e alienada de alguns anos passados, o Setor Jovem do PMDB na sua rearticulação se propõe a apagar de uma vez por todas essa idéia de que jovem é irresponsável, não conduz as coisas com seriedade e não tem maiores comprometimentos com a realidade dos fatos e com a seriedade que as causas políticas da sociedade natalense exige.

Não, o Setor Jovem do PMDB não pretende dar motivo a que se possa reafirmar isso. O Setor Jovem do PMDB, pelos grupos que hoje estão participando, entende que a participação política do jovem é uma real exigência da sociedade, que está a espera de novas contribuições, de novos posicionamentos e de pessoas jovens que façam do seu vigor, da sua força e da sua inteligência um instrumento de transformação social capaz de produzir um futuro melhor para as nossas instituições políticas e para a sociedade. — **JENER TINOCO DE ANDRADE — NATAL/RN.**

**Cartas e opiniões para: Redator RN/Econômico,
Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN.**

Nossa indústria

GARIBALDI FILHO

O Conselho Regional de Economia do Estado promoveu um debate sobre a situação da Indústria, no Estado, no dia 4 de junho, convidando-nos a mim e ao dr. Jussier Santos para que refletíssemos sobre o assunto. A iniciativa de colocar numa mesa de debates o Secretário de Indústria e Comércio e um parlamentar, no auditório da Reitoria da Universidade do Rio Grande do Norte, levou o debate, certamente, para questionamentos mais amplos a respeito do processo desenvolvimentista do Estado, do que uma análise mais técnica e específica sobre o processo de industrialização do Estado.

Ficou evidenciado, por exemplo, em termos de Rio Grande do Norte e do Nordeste, o relativo malogro do modelo implantado pela Sudene a partir da política de incentivos fiscais do 34/18, modificado, depois, pelo sistema do Finor. Segundo o documento preparado pelos professores Francisco das Chagas Paiva Filho e Odair Lopes Garcia, atendendo pedido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Federação das Indústrias e do Instituto «Euvaldo Lodi», os dados, pelo menos de 49 a 75, concluem que o nosso Estado continuou a ter a sua indústria extrativa nos mesmos níveis anteriores ao período de intervenção do planejamento da Sudene. Quanto à chamada indústria de transformação, a conclusão foi de que mais do que especializar-se em indústrias tradicionais, o Rio Grande do Norte orientou-se para os três gêneros industriais: têxteis, vestuários e alimentares, com baixo nível de diversificação e com uma presença de indústrias dinâmicas não só pequena como desarticulada, destacando-se a inexistência da produção de bens de capital.

Ora, este tipo de processo industrial foi o menos poupado pela recessão, gerando uma situação de desativação e de desempenho com uma grande capacidade ociosa, causando índices alarmantes de desemprego. Naturalmente, que medidas neste campo passam por uma política a nível nacional e regional, mas não impedem que o Estado encontre saídas para o problema. Quais as alternativas abertas? Foi a grande indagação do debate, com a participação de auditório repleto de professores e estudantes universitários. Quais, ainda, as alternativas postas em prática e prometidas pelo Governador José Agripino, logo após à sua posse, tendo em vista que o problema do emprego da mão-de-obra a nível regional, na programação da Sudene, só veio a ter importância quando os recursos

começaram a minguar e desaparecer.

Algumas outras questões, como as medidas a serem adotadas a curto prazo, também foram colocadas no debate. A garantia, por exemplo, da maior disponibilidade de matérias-primas para as indústrias regionais, terá que prevalecer ou então continuaremos a penalizar alguns segmentos da nossa indústria regional, como o têxtil, que tiveram algumas unidades fechadas. Outra questão: a micro-empresa, cujos critérios anunciados de isenção, no plano estadual, não atendem a uma expectativa já criada, sobretudo de expansão de crédito e fornecimento de assistência técnica. Na verdade, os nossos empresários reclamam dos juros cobrados pelos programas do Banco de Desenvolvimento (BDRN).

Como não poderia deixar de acontecer num debate como aquele, a situação da construção civil foi discutida, indagando-se quais as medidas de apoio adotadas para amparar este setor da indústria essencialmente empregadora.

Segundo, ainda, o roteiro dos debates daquela noite, na Universidade, questionou-se a respeito de medidas a médio e a longo prazo. Deveremos retomar sempre a colocação de que a prioridade deve ser dada à questão da integração da estrutura produtiva e da geração de emprego, levando-se em consideração a estrutura industrial implantada no momento presente. Por outro lado, como não levantar, como foi feito, no debate, o problema do complexo químico-metalúrgico do Estado, se ficamos muito atrás quando confrontamos o nosso projeto com a consolidação dos complexos industriais como o Camaçari da Bahia, o Pólo Cloro-químico de Alagoas, o complexo industrial portuário do Suape?

Até mesmo a nossa Fábrica de Barrilha, da Alcanorte, sofreu um grande retardamento no seu cronograma de obras. Tudo isso compõe um quadro difícil de ser enfrentado, se considerarmos que a Nova República, a despeito dos seus compromissos com o Nordeste, não dispõe de muitos recursos para investimento. Entretanto, se o debate prosseguir e se intensificar, alternativas serão estudadas, considerando-se as potencialidades de cada nível de Governo a ser questionado, de modo que possamos ter a consolidação de um parque industrial com as correções que se impõe ao modelo implantado e às peculiaridades sócio-econômicas do Rio Grande do Norte.

As melhores impressões vão passar por aqui.

O RN/Econômico não é apenas o mais bem equipado parque gráfico do Estado

É também o mais veloz. Se você duvida, faça um teste: ligue para 222-4722 e diga qual é o seu problema.

A partir daí, toda uma equipe fica à disposição de sua empresa. Para serviços de off-set, policromia, tipografia, fotocomposição, fotolito, plastificação, composição de livros, jornais e revistas, impressão de notas fiscais, duplicatas, faturas e promissórias.

Vamos, telefone. Sua empresa vai ter uma excelente impressão do nosso parque gráfico.



RN/ECONÔMICO
Serviços gráficos de qualidade

222·4722

Reflexões sobre a Constituinte (1)

NEY LOPES DE SOUZA

A Nova República significa novos tempos. Espaços abertos. Perspectivas renovadas. Não que isto implique, necessariamente, em condenar e abjurar o passado. Mas aplicar o aforismo sociológico de que o progresso resulta de elementos novos e elementos adquiridos.

A Constituinte é o ponto de partida de qualquer mudança profunda na vida social, política e econômica. Torna-se imprescindível que o povo assimile o seu alcance. Para uma sociedade livre, promulgar nova Constituição é renovar os mecanismos de convivência social. É diminuir o fosso entre o fato e a lei, atualizando a norma e dinamizando-a em razão das necessidades e carências coletivas.

O aspecto de maior importância nas vésperas da Constituinte são os seus componentes. O povo terá que se conscientizar de que as eleições de 1986 serão absolutamente diferentes das demais. O eleito não será apenas o representante parlamentar de uma unidade federada. Ele encarna o próprio sentido de mudança, cujo conceito indefinido e genérico aumenta as responsabilidades de quem conduzirá o nascimento do princípio constitucional positivo.

Seria de bom alvitre que o mandato dos eleitos em 1986 se restringisse ao período necessário à elaboração da Nova Carta: no mínimo um e no máximo dois anos. Tal exigência tornaria mais evidente o caráter singular da escolha dos membros da Constituinte. Colocaria nos ombros dos eleitos a missão exclusiva de legislar, constitucionalmente, e em razão do seu desempenho mereceria, ou não, a unção popular para voltar ao Parlamento.

Aliás, a propósito de mandato parlamentar a única maneira de coibir a influência do poder econômico nas eleições é a redução dos mandatos no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Na medida em que os mandatos do Legislativo fossem de dois anos, ocorreria natural desestímulo para os que fazem da escolha eleitoral uma oportunidade de investimento financeiro, em busca de status ou de preservação de interesses. Com isso a campanha se

restringiria aos contatos pessoais, ação publicitária e uso dos meios de comunicação de massa, esses últimos nos horários pré-definidos pela Justiça Eleitoral. Com tal providência perderiam sua razão de ser as legislações enfadonhas, prolixas e minudentes, proibindo o uso do poder econômico. Do ponto de vista teórico o Brasil dispõe de bom acervo dessas leis, as quais, entretanto, até hoje não impediriam os vícios do processo de escolha eleitoral.

O especial realce dado aos mandatos parlamentares (no Executivo seria o padrão de quatro anos, permitida a reeleição), deve-se à circunstância de que a democracia política é mais autêntica, na proporção em que os seus quadros são renovados de forma livre e soberana. Isso ocorrendo, cada eleição é praticamente uma forma de expressão do poder constituinte derivado, pois a indicação dos nomes reflete as tendências de mudança social, econômica e política.

Ainda no campo eleitoral, a norma constituinte por nascer, poderia contemplar um processo de gastos em campanha mais realista e menos hipócrita. De que adianta um senador prestar contas de dez milhões de cruzeiros gastos em sua campanha, quando se sabe que a soma verdadeira é muitas vezes superior? A lei vigente consagra a mentira, o ardil, a fraude. Mais justo seria permitir as cotas individuais, sob a forma de doação a Partidos Políticos; a participação ostensiva das empresas e sindicatos no processo eleitoral, defendendo suas reivindicações. Um Parlamento é tanto mais autêntico, quanto ele traduza as variáveis econômicas, sindicais, empresariais ..., em que se insira. Por todas essas razões a lei (principalmente a regra constitucional) deve agasalhar princípios simples, sem sofisticação, mas que signifiquem a filtragem dos vícios e das deformações originárias do comportamento social humano.

Refletir sobre a Constituinte é, antes de tudo, um dever do cidadão. Daí porque inicio hoje tais reflexões, inspiradas, exclusivamente, na intenção de abrir o debate e encontrar os melhores caminhos para a nossa sociedade política.



O Estado afogado em problemas

ESPECIAL

O balanço da economia do RN após mais uma grande cheia

Após as primeiras avaliações dos prejuízos trazidos pelas enchentes, o Governo do Estado constata que nem tudo é calamidade no Rio Grande do Norte das intempéries deste 1985. Mesmo com dados arrasadores: 10 mil casas para serem reconstruídas; 200 quilômetros de estradas que serão recuperados; 450 açudes arrombados e 30 sistemas de energia elétrica danificados, além de 18 sistemas de abastecimento d'água destruídos, entre outros prejuízos sociais e econômicos, o Estado ainda pode se sair bem das cheias que o assolam desde meados do mês de março.

O raciocínio é puramente econômico e pode ser atribuído ao Secretário da Fazenda, Haroldo Bezerra, que crê na recuperação da economia norte-riograndense muito antes do que todos esperam. A injeção de Cr\$ 66 bilhões que está sendo esperada do Governo Federal para recuperação dos estragos — hoje, ainda incalculados — pode gerar

recursos ao Tesouro. Estes recursos, distribuídos na recuperação de estradas (Cr\$ 6 bilhões), construção de moradias (10 bilhões), e reconstrução de açudes (Cr\$ 22 bilhões e meio), entre outras obras, devem ser repassados a um contingente considerável da mão-de-obra desempregada a ser empregada nas reconstruções, e a circulação do dinheiro também gera ICM, o que comprova que os prejuízos das

cheias poderão ser amenizados.

É bem verdade que o desconforto social de cerca de 80 mil desabrigados — número que já chegou a alcançar a casa de 130 mil — não está contabilizado neste raciocínio, nem tampouco os estragos das plantações, que certamente demandarão mais um inverno para serem recuperadas.

Uma contradição também é detectada quando o enfoque é desvia-



10 mil casas destruídas ...

do para a indústria salineira do RN, cujos prejuízos, contabilizados a o-xima-se muito do total de recursos que serão enxertados pelo Governo Federal. A cerâmica norte-riograndense, situada nos vales atingidos pelas águas, também arca com prejuízos incalculáveis, assim como os comerciantes das cidades inundadas que chegaram a perder até mais de 60 por cento de suas mercadorias.

No entanto, o Governo não administra estes prejuízos particulares, e não é através destas indústrias ou comércio que ele garantirá um sem número de empregos emergenciais às populações mais necessitadas, nem tampouco são estes os setores que podem gerar uma «indústria das cheias», apenas faltando um ano para as próximas eleições majoritárias. □

Os números de um prejuízo superior aos anos de seca

Mesmo com as análises mais otimistas já sendo postas a público, os prejuízos dessa cheia no Rio Grande do Norte — a maior dos últimos vinte anos — foram superiores aos cinco anos consecutivos de seca. Isso é reconhecido pelas próprias autoridades governamentais, que agora precisam de muitos bilhões de cruzeiros para, senão recuperar, pelo menos reduzir o impacto das chuvas na já precária economia do Estado. A catástrofe, que castigou com mais severidade as regiões entre Mossoró e Apodi, redundou na decretação de «estado de emergência» em 31 Municípios pelo Governo do Estado e cerca de 50 por cento da safra de algodão, feijão, milho e arroz perdida e comprometimento da produção de sal na safra do próximo ano.

No setor agrícola, por exemplo, até dia 17 de maio (quando ainda havia possibilidade da cheia voltar) a Secretaria de Agricultura registrava uma perda de 45 por cento da safra de feijão e promessa de replantio

de apenas 63,4% do que havia sido perdido. Com o milho a situação estava parecida: 47% da safra perdida, dos quais de 30 a 40 por cento serão replantados; o algodão herbáceo se perdeu em 55 por cento, o que representa 83 mil hectares. Sem expressão econômica, a perda do algodão arbóreo significou apenas 8,7% de produção, enquanto que o arroz teve 7 mil hectares totalmente danificados, ou seja, 25% da safra e possibilidade de replantio de 32% dessa área.

DANOS DESCONHECIDOS — A recuperação da lavoura será feita mediante a doação de sementes, num total de 800 toneladas já solicitadas ao Ministério da Agricultura. Até o momento, foram adquiridas 150 toneladas de sementes de cada produto e distribuídas (mediante solicitação do produtor) 117 mil toneladas de milho, 44,6 de feijão, 5 de arroz e 35 de algodão. Em termos concretos, disse o Secretário de

Agricultura, Geraldo Gomes, ainda não se sabe exatamente quanto somam os prejuízos na área agrícola, “mas sabe-se que ultrapassam os 100 bilhões de cruzeiros”. É sabido, também, que a área mais atingida foi o Vale do Apodi e Mossoró, e Açú com as cheias do Rio Piranhas.

Além das sementes que estão sendo doadas aos pequenos produtores — os mais prejudicados com as enchentes — o Governo do Estado está reivindicando, junto ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, e ao Presidente José Sarney, a liberação de créditos para esses agricultores atingidos.

O número de habitações danificadas pelas chuvas, que chegou a 10 mil, obrigou a Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social a recorrer também ao Ministério do Interior para as restaurações necessárias, orçadas em Cr\$ 1 bilhão. Essa proposta entrará em pauta na próxima reunião da Sudene. Antes da aprovação desses recursos, o Governo do Estado está alocando um montante para iniciar a construção de 500 casas e recuperação de mais mil em Mossoró, onde os estragos provocados pelas chuvas foram maiores.

Agora em junho — adiantou D. Wilma Maia, Secretária do Trabalho — serão iniciadas as construções em terrenos localizados nos bairros Santo Antônio e Alto do São Manuel (próximo ao conjunto residencial construído pelo Inocoop), com cada casa medindo três metros quadrados e um custo de Cr\$ 4 milhões e 6 mil cada. Um outro projeto, para atender o restante das regiões atingidas pelas águas, está



... 200 mil km de estradas ...



... e 450 açudes danificados

sendo enviado ao Ministério de Habitação e Urbanismo.

ATENDIMENTO AOS DESABRIGADOS — Desde março, quando as chuvas começaram a insistir e os primeiros rios começaram a transbordar, o número de desabrigados tem preocupado os mais diversos setores do Governo que, coordenados pela Comissão de Defesa Civil, dividiu a atuação das Secretarias de Saúde, de Trabalho e Bem-Estar Social, Transporte e de Assuntos do Governo por áreas, embora setores como saúde e a distribuição de alimentos tenham atuando indiscriminadamente em todas as áreas atingidas.

Segundo informações da Comissão de Defesa Civil, até o meio do mês de maio já tinham sido distribuídas 1.200 toneladas de alimentos e 14 toneladas de medicamentos. Apesar dos comentários em contrário, não foi registrado nenhum surto de doenças, e a atuação da Secretaria de Saúde ainda se dá através de atendimento médico — com equipes de saúde de plantão nas barracas onde os desabrigados estão acampados — distribuição de medicamentos e orientação médico-sanitária



Geraldo Gomes: prejuízos

Safra perdida

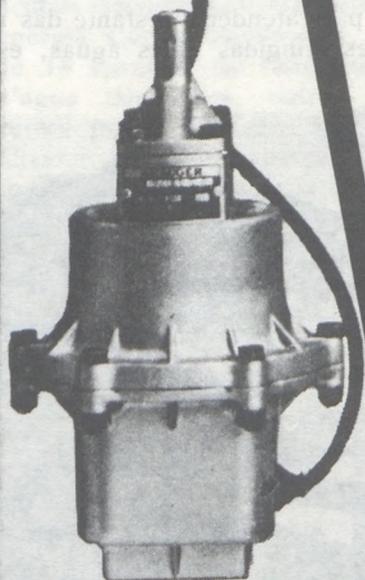
ria à população atingida pelas cheias, que teve toda orientação da Secretaria de Saúde para não contrair doenças infecciosas. Vale lembrar, porém, que foram registrados casos isolados de algumas doenças infecto-contagiosas, mas sem nenhuma característica de epidemia.

Em algumas cidades, o sistema de abastecimento d'água foi danifi-

CYRO CAVALCANTI

CYRO CAVALCANTI Auto-Peças
Retifica e reparos de motores
Peças para Autos e Tratores

- Bombas residenciais
- Bombas para edifícios
- Bombas submersas para poços
- Bombas vibratórias para poços rasos
- Bombas para todos os fins
- Reparos e assistência permanente
- Tubos e conexões Tigre
- Tubos e conexões galvanizados



Av. Duque de Caxias, 170 — Fones: 222-7072 — 222-2234 — Ribeira — Natal-RN

cado, obrigando a Defesa Civil a manter uma frota de 26 carros-pipa abastecendo essas comunidades. E em alguns Municípios, informa Manoel de Brito, as chuvas somaram mais de dois mil milímetros, principalmente no Alto Oeste. Segundo destacou no socorro das vítimas das enchentes foram mobilizados o Ministério do Interior/Sudene, Cruz Vermelha Brasileira, Governos do Estado de São Paulo e do Paraná, Fundação SESP, Petrobrás, Forças Armadas (cedendo helicópteros, barracas e lanchas), Cobal, Prefeituras Municipais, Transbrasil, Rede

Ferrovária, Banco do Brasil e Pronav.

Os Municípios onde foi decretado estado de emergência são: Açú, Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Baraúnas, Baía Formosa, Canguaretama, Carnaubais, Felipe Guerra, Grossos, Encanto, Montanhas, Mossoró, Governador Dix-Sept Rosado, Portalegre, Patu, Pendências, Ipanguassu, Macau, Parazinho, Pedra Grande, Touros, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante, Nova Cruz, Umarizal, Jucurutu, São Rafael, Caicó, Upanema e Várzea. □

donaram as atividades parlamentares, como Carlos Augusto Rosado, para dedicação exclusiva aos desabrigados, e de brigas internas na comissão que centraliza o socorro aos flagelados no Rio Grande do Norte. Ainda em Mossoró, estaria havendo crises de ciúmes pela atuação monopolizadora de Edite Souto, a quem foi dada a responsabilidade de coordenar a distribuição de alimentos, e também pela presença considerada insistente da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, a quem caberia uma parte do atendimento que o Governo do Estado se propôs a prestar.

De um lado e de outro, a garantia de que não está havendo «politicagem» no socorro aos desabrigados. Embora a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, Wilma Maia, afirme que em Mossoró, por exemplo, havia muita divergência local, “e quando eu vi que não havia condições de unir todo grupo de assistência, inclusive com participação da Prefeitura, resolvi me afastar. Mas o trabalho da Secretaria continuou”. Sem precisar exatamente com quem houve divergência e de que tipo, Wilma, que é uma das acusadas de transformar esse trabalho de assistência em campanha para a próxima eleição, reafirma categoricamente que tentou evitar o paralelismo, mas não conseguiu, e desafia a quem interessar fazer uma enquête em Mossoró com a população flagelada, para saber se houve politicagem ou discriminação. Ela desmente as notícias de que seria candidata a qualquer cargo, sem descartar totalmente essa possibilidade, e diz: “Quero seguir as metas traçadas no início da administração.

Os dividendos políticos da seca verde potiguar

Da fome e da miséria do povo também podem ser obtidos alguns dividendos políticos. Pelo menos, é assim que pensam alguns políticos tupiniquins que, aproveitando a distribuição de alimentos aos desabrigados das enchentes em 31 municípios do Estado (onde foi decretado «estado de emergência»), fazem sua propaganda eleitoral, juntando à feira doada uma simpática foto dos já pretensos candidatos ao próximo pleito.

Informações desse tipo foram comentadas, com uma certa indignação entre a classe política, onde se sucedem acusações mútuas de desrespeito à dor de uma população levada à miséria desde fevereiro último, quando começava a aumentar a frequência das chuvas no interior do Estado. Em Mossoró, onde há

maior número de desabrigados e onde a disputa política é mais acirrada, esses boatos correm com mais frequência e foi até noticiado pelas emissoras de rádio locais. De um lado, o PMDB acusa alguns vereadores do PDS, que ajudam na entrega de distribuição de alimentos, de utilizarem tais meios e afirmam ainda que há discriminação com os eleitores do PMDB. Do outro lado, o PDS afirma que o Instituto Varela Barca — que também tem contribuído no socorro aos flagelados — aproveita a oportunidade para exibir a legenda do partido em camisetas e gorros usados pelos voluntários.

FOME SEM PARTIDO — Juntando-se a estas, outras informações correm. De políticos que aban-



Vilma Maia: acusada ...



... e o PMDB também

Para servir, não é necessário ter nenhum projeto político”.

Manoel de Brito, Secretário de Interior e Justiça e Presidente da Comissão Estadual de Defesa Civil — responsável pela coordenação do atendimento à população — também desmente a discriminação, afirmando que os alimentos e medicamentos eram entregues inclusive aos prefeitos do PMDB, sem qualquer restrição. Por outro lado, ele recrimina os membros do Instituto Varela Barca, que distribuíram alimentos com camisetas onde se destacava a sigla do PMDB. Informação idêntica dá o Deputado Estadual (PDS) Getúlio Rêgo, que condenou a utilização da sigla do partido peemedebista, acreditando que “a fome do povo não tem partido”. Garantiu que, pelo menos na região que lidera, no Apodi, em nenhuma embalagem do Governo do Estado havia algo que constasse o nome de candidatas ou da sigla pedessista.

Getúlio Rêgo afirmou, ainda, que fez questão de estar ausente na distribuição de alimentos “porque entendemos que temos que respeitar o sofrimento do povo, ficando solidários no momento das reivindicações a nível central, mas evitando o



Getúlio Rêgo: contra siglas

aproveitamento da situação para a promoção política”. Getúlio informa que, em Apodi, o trabalho contou com a participação de uma Comissão de Defesa Civil local, que teve a participação de representantes da Comunidade, Prefeitura, Igreja, Clubes de Serviço, representantes de escolas estaduais e municipais e Câmara de Vereadores.

MOSSORÓ SIM — Deputado Estadual pelo PMDB, J. Belmont, afirma que em Mossoró muitos vereadores do PDS colocaram fotografias dentro das feiras distribuídas, “e isto foi denunciado pelas rádios”. Mas ele não acredita que isto tenha acontecido com a condescendência do Governador José Agripino, tratando-se, porém, de atitudes isoladas de políticos do PDS.

A utilização da sigla do PMDB na distribuição de alimentos feito pelo Varela Barca (doação do Governo do Estado de São Paulo e Governo do Paraná), J. Belmont considera correto, porque isto seria uma forma de divulgar a entidade, “identificando o Instituto com a sigla do PMDB, numa região onde o Instituto ainda é desconhecido no momento em que estava atuando em benefício dos flagelados”. O Deputado peemedebista afirma que, em Mossoró, também houve desentendimento entre o Governo do Estado e a Prefeitura local (que têm divergências políticas já bastante conhecidas), deixando muitas vezes o desabrigado em situação incômoda: “Os desabrigados procuravam a Prefeitura, e esta os encaminhava à STBS; na STBS, eram devolvidos à Prefeitura, fa-

**FIQUE
COM
UM BEM
DA TERRA.**

Ser cliente do Bandern é vestir a camisa do RN. É valorizar o RN. É colaborar para que os bens da terra fiquem aqui mesmo.

Para que isso aconteça, fique com o Bandern.

Nada mais justo.

 **bandern**
um bem da terra.

zendo com os desabrigados um verdadeiro jogo de empurra”.

J. Belmont acusa também o Governo do Estado de ter usado toda a sua estrutura dentro da cidade de Mossoró, ignorando a Comissão de Defesa Civil, cujo Presidente é Laíre Rosado. Esse fato foi denunciado por Belmont em sessão plenária, que solicitou a união, pelo menos temporária, “nesse momento de aflição”.

Pedro Melo, Presidente do Instituto Varela Barca, também considera natural que se tenha prestado assistência à população atingida pelas cheias usando a sigla do partido ao qual a entidade está vinculada, e acha muito forte o termo «política-

gem» para tal caso. Reafirma tratar-se apenas de uma identificação, uma vez que era um trabalho que estava sendo feito pelos diversos segmentos da sociedade, em que estavam presentes o Governo do Estado e o PMDB — “e os dois fizeram um trabalho bom”.

Frisando que “a roupa não faz o monge”, Pedro Melo ressaltou que houve apenas organização do Instituto, com a distribuição de 45 toneladas de alimentos doados pela Defesa Civil do Estado de São Paulo, e arremata: “Qualquer ação deve ser louvada, porque numa situação dessas, não há espaço para política-gem. Eu considero isso uma especulação inconcebível”. □

A real situação do parque salineiro na região Oeste

A indústria salineira do Rio Grande do Norte, responsável por 80 por cento do abastecimento do sal do País, também foi bastante atingida pelas enchentes e, segundo o relatório divulgado pela Secretaria de Indústria e Comércio, esses prejuízos somam mais de Cr\$ 60 bilhões. De acordo com o diagnóstico elaborado por técnicos da SIC e da Comissão Executiva do Sal (órgão vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio), as enchentes provocaram a perda de mais de quatrocentas mil toneladas de sal — no que se refere ao produto acabado e estocado — e perdeu ainda salmoura, cristalizadores, lages e aterros, totalizando cerca de Cr\$ 51 bilhões, sem falar na danificação de equipamentos, construções civis e estradas internas, que chegam a Cr\$ 9 bilhões de prejuízos.

Classificando a situação atual da indústria salineira no Estado como uma verdadeira calamidade pública, Jussier Santos, o Secretário da Indústria e Comércio, apresentou esse diagnóstico ao Governo Federal, pedindo providências emergenciais. No entanto, a situação de calamidade não atingiu a todas as salinas do Estado, mas apenas (ou mais especificamente) as localizadas na Região Oeste, entre Mossoró e Areia Branca.

Evitando generalizar a situação das salinas no Estado, o Diretor da Cirne em Macau, Dr. Airton Torres,

afirmou que não houve prejuízo no momento, mas admite que isso poderá acontecer devido às fortes e frequentes chuvas, que retardaram o processo de evaporação. “As salinas de Macau foram menos prejudicadas graças à Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que seguiu a grande cheia”, disse. De qualquer forma, considera, este ano o Estado não vai exportar sal, mas a produção será suficiente para abastecer o mercado interno: “Não vamos precisar importar”.

Francisco Souto, proprietário da

Salina F. Souto, em Mossoró, um dos maiores produtores de sal do País, também afirma que a safra deste ano não está perdida, mas a enchente retardará a do próximo ano. Ele acha que, se até o mês de junho, as salinas receberem água do mar, os prejuízos poderão ser menores, porque não há água estocada. As enchentes provocaram estragos nas salinas com buracos e lodos, perdendo-se toda a água de reserva.

A chamada «safra entrante» da F. Souto estará comprometida em cerca de 40 por cento, ou seja, das 500 toneladas que produz normalmente, Souto admite que poderá chegar a apenas 300 toneladas. Por outro lado, a produção poderá melhorar se se conseguir bombear água salgada em julho, mas ele não vê isso com muito otimismo, até porque sabe que a produção assim sofrerá um atraso de 60 dias.

ESPECULAÇÃO — Com todo esse prejuízo na produção do sal, fala-se em aumento desordenado de seu preço, uma vez que há pouca oferta e muitos compradores. Airton Torres não admite que haja especulação, e diz que o aumento será como o de qualquer produto no Brasil, determinado pela inflação.

Francisco Souto também afirma que o sal não vai aumentar além do já previsto, mas acompanhará a correção do dinheiro. Já agora o sal está custando 10 por cento a mais, ou seja, Cr\$ 50 mil a tonelada, correção essa que é feita em ORTN. Souto acha a situação normal, uma vez



Cr\$ 60 bilhões de prejuízos



Jussier Santos: calamidade

que "agora há poucos ofertando e muitos comprando".

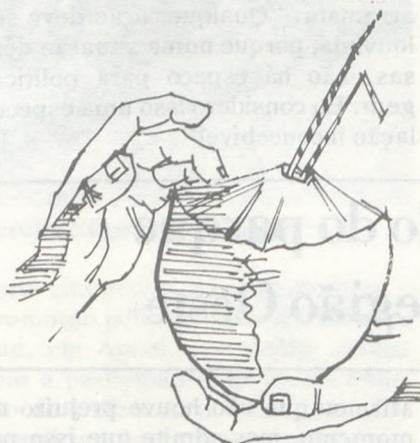
Para sanar o problema, além do relatório sobre os prejuízos das salinas, Jussier Santos entregou ao Ministério da Indústria e Comércio uma série de reivindicações, com o aval do empresariado do setor, que basicamente consistem em "alocação de recursos especiais, sob a forma de empréstimos não reembolsáveis, com a destinação específica; alocação de recursos especiais na forma e condições do Proinvest, com destinação específica; abertura

de linha de crédito, através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), destinada ao refinanciamento das salinas cooperadas e não cooperadas de pequeno porte, com encargos financeiros compatíveis, carência e maior prazo de amortiza-

ção e recuperação e reestruturação das médias e grandes salinas, seguindo a análise de cada caso e situação". □

**REPORTAGEM: CIONE CRUZ
COLABORAÇÃO: GRAÇA PINTO**

Turismo entre Amigos.



Quando chegar à Natal, procure a nossa amizade. Desfrute as belezas da região e curta os melhores pontos da cidade em nossa companhia. Juventude e dinamismo à sua disposição.



PASSAGENS E TURISMO LTDA.

Praça Pres. Roosevelt, 146 — Fones: 272-2119 e 272-2389 - Telex: NTPT 0852705
EMBRATUR 03011-00-41-1 — Eduardo Gomes-RN

1º Lugar, a melhor recompensa.

J. Resende

Móveis e Eletrodomésticos.

MAIS BARATO IMPOSSÍVEL

Rua Dr. Barata, 187 — Ribeira — Tel.: 222-4363
Av. Rio Branco, 608 — Cidade Alta — Tel.: 222-2908
Av. Cel Estevam, 2008 — Dix-Sept Rosado — Tel.: 223-2726



No Vale do Açu, a presença de um reservatório de medo

Além de milhares de desabrigados, da fome e da miséria e do comprometimento da economia estadual, em algumas regiões do Rio Grande do Norte as enchentes também trouxeram o pânico e o medo. Isso foi o que aconteceu no Vale do Açu na primeira quinzena de maio, a partir da notícia de que a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves estaria arrombando, o que, conseqüentemente, poria em perigo a vida da população de todo o Vale. De fato, o que havia acontecido era um rebaixamento de 3.30 metros de extensão, com largura média de 1 metro e profundidade de no máximo 30 centímetros, logo detectado por técnicos do DNOCS, que tranquilizavam os habitantes da área sobre a segurança da Barragem.

A notícia de arrombamento da Barragem correu o Vale e teve credibilidade a partir do momento em que se sabe que a Armando Ribeiro Gonçalves atingiu uma cota, com essas chuvas, superior a 1 bilhão de metros cúbicos acima de seu nível normal. O que também contribuiu para acirrar os ânimos

do povo do Vale do Açu é o fato de que a Barragem nunca trouxe segurança à população desde a sua construção, por causa das denúncias de deslizamentos e de inviabilidade da obra que, embora concluída há mais de dois anos, continua ociosa. O projeto de irrigação, previsto para ser implantado após a sua conclusão, continua na cabeça de alguns burocratas, e a população prejudicada, como a de São Rafael — que teve de ser transferida para outra localidade devido à inundação da cidade — ainda não foi beneficiada com as promessas do Governo Federal.

UMA DESGRAÇA — O pânico se apoderou não só dos habitantes, como também de políticos e prefeitos da região. Desconfiando dos laudos técnicos que o DNOCS prometia, tentaram formar eles mesmos uma comissão com engenheiros pagos por cada uma das Prefeituras envolvidas, mas acabaram concordando com a sugestão do Governador para indicação das Prefeituras, Igreja e demais segmentos da sociedade para a composição de uma comissão técnica.

A sugestão foi aceita e a comissão foi instalada.

De qualquer forma, o DNOCS se diz tranqüilo, considerando superficial o abatimento ocorrido, sem nenhuma repercussão na profundidade. Segundo parecer do órgão responsável pela construção da Barragem, “o material saturado de talude da jusante deve-se ao prolongado período de chuvas”, mas nada tem a ver com o processo de pergolação da Barragem. Eles afirmam, ainda, que piezômetros ali instalados para a leitura diária dão a certeza de que, nesse aspecto, as coisas continuam normais.

O Governador José Agripino, que visitou o local e se reuniu com prefeitos e lideranças políticas locais, dizendo-se tranqüilo quanto à especulação de que a Barragem poderia arrombar, solicitou ao DNOCS a constituição de uma comissão, composta de engenheiros que não estejam comprometidos com o órgão nem com a obra, para um estudo real da situação da Barragem.

Esperando os laudos já prometidos, a população da região — que inclui os Municípios de Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Paraú, Pendências, Ipanguassu e Macau — continua apreensiva e considerando a Barragem “uma desgraça para o povo da região”.

Enchentes no RN

A ação imediata do Governo atenua impacto da tragédia

Mais de 200 quilômetros de rodovias estaduais afetadas, prejuízos superiores a Cr\$ 4 bilhões para a Cosern, quase toda a lavoura das várzeas dos Vales do Apodi e Açu perdida, a safra, no geral, prejudicada em torno de 70%, a pecuária impedida de se recuperar dos golpes sofridos pelos cinco anos de seca, mais de dez mil residências destruídas, pelo menos 12 abastecimentos d'água afetados, alguns seriamente, como o de Nova Cruz. Todas essas perdas sofridas pelo Rio Grande do Norte com as últimas enchentes não apanharam o Governo do Estado inerte. Curtido em dificuldades desde o início do seu mandato, o Governador José Agripino pôs em atividade toda a sua máquina administrativa para enfrentar a inesperada situação, embora todo esforço estivesse concentrado, até então, para recuperar a economia do Rio Grande do Norte dos sérios abalos sofridos com os cinco anos de seca. Da pronta ação para atender os desabrigados — que no pique da enchente chegaram a mais de 100 mil — às providências junto aos organismos financeiros para ampliar os prazos para pagamento de débitos, passando pela elaboração de planos criativos destinados a recuperar a pecuária e a agricultura, o Governador José Agripino comandou pessoalmente todas as providências para fazer o Estado retornar à normalidade.

PRONTA AÇÃO — Mais de Cr\$ 3 bilhões foram gastos pelo Governo do Estado só na aquisição de gêneros alimentícios para os desabrigados. Na pronta ação para recuperar residências derrubadas pelas águas, o Governador José Agripino adiantou-se na implantação de um plano habitacional de emergência no qual sua administração entrou com os recursos para a compra de material a fim de que a mão-de-obra fosse dada em contrapartida, em regi-



O Governador José Agripino comandou pessoalmente as ações em favor dos desabrigados das enchentes

me de mutirão. A razão dessa atitude foi a impossibilidade do Governo Federal liberar de imediato os recursos, tendo o Governo Estadual se prontificado a realizar o desembolso com a promessa de ressarcimento posterior, conquanto que não houvesse demora no atendimento aos desabrigados. As ações de socorro e fiscalização no interior foram também imediatas. O Governador conseguiu, para maior flexibilidade de movimentos das equipes, dois helicópteros por empréstimo, na Petrobrás e FAB, além de acionar o do Governo.

MEDIDAS RÁPIDAS — O esquema montado pelo Governador José Agripino permitiu o atendimento nas diversas áreas afetadas de modo rápido. Os desabrigados foram prontamente assistidos com gêneros alimentícios e medicamentos e colocados provisoriamente em barracas cedidas pelas Forças Armadas. Equipes da Secretaria de Saúde deslocaram-se constantemente por toda a área onde havia problemas para de-

tectar qualquer anormalidade em termos de surtos, agindo preventivamente quando houve necessidade. Isso evitou qualquer problema na área de saúde pública.

Paralelamente a todas as medidas de atendimento, o Governador José Agripino esteve atento aos problemas criados na área econômica, quer no setor da agricultura, quer no do comércio e da indústria, sobretudo em Mossoró e outras áreas do Oeste. Em meio a todo trabalho, ainda foi possível ao Governo Federal implantar experiências inovadoras, como o Projeto Curral, para recuperar a pecuária e um plano de financiamento ao pequeno agricultor que possibilita o pagamento do financiamento com a própria produção de grãos.

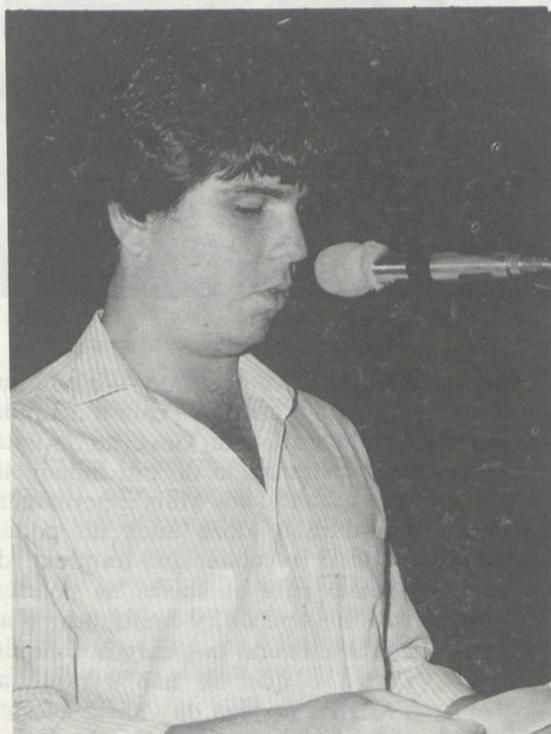
Graças a todas essas providências, mesmo atingido por uma das maiores enchentes da sua história, o Rio Grande do Norte pôde preservar a sua esperança de encontrar os caminhos da sua efetiva recuperação econômica.



Eliete Rocha (terceira à esq.), mãe do candidato, e senhoras

Flávio Rocha lança em Natal candidatura para deputado

O empresário Flávio Rocha lançou, no dia 10 de maio último, a sua candidatura a deputado federal nas eleições de 1986 para empresários e jornalistas. Nas fotos que se seguem, os momentos do encontro no Bar Executivo da Associação Comercial.



O rápido discurso de Flávio Rocha



Nilson Rocha, José Brasil, Nevaldo Rocha, José Agripino, Flávio Rocha, Carlos Alberto Caú e Jussier Santos



O candidato com José Agripino e Willy Saldanha

A expectativa é de muitas mudanças no cenário do RN

Com a aprovação da emenda que estabelece eleições diretas para as capitais, «áreas de segurança» e estâncias hidro-minerais — sem mencionar as diretas para presidente — em novembro deste ano, é certo que a cena política do Rio Grande do Norte entrará em rápido processo de acomodação de forças, tendências e nomes em lugares definidos. Ou seja: a partir de agora, vem o «jogo pesado», com cada um dos políticos que se lançaram candidatos definindo para onde vão, o que querem e com quem contam pa-

núcleos partidários, o tumultuado jogo para o qual seremos todos arastados. Ao menos, no instante de votar.

Entretanto, a amenização da temperatura no que respeita ao surgimento de episódios expressivos nas últimas semanas — houve uma espécie de arrefecimento dos ânimos de todos — é enganosa e falsa. Todos os acontecimentos ligados à escolha dos novos ocupantes dos cargos mais representativos do escalão federal no Estado serviram como indicadores de tendências de fortale-

de Tancredo, graças à sedimentação de vínculos com o Presidente José Sarney, de quem, durante a campanha rumo ao Colégio Eleitoral, o irmão do ex-Governador, o jornalista Agnelo Alves, era — e continua sendo — assessor.

Coube ao PMDB do Rio Grande do Norte festejar as nomeações de Albimar Furtado (Empresa Brasileira de Notícias), Ticiaro Duarte (Delegacia Regional do Trabalho), Gilberto Lins (Delegacia do Incra), Pedro Melo (Delegacia do Ministério da Saúde), Gileno Guanabara (Delegacia do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Fernando Figueiredo (Embratel). Em todos os casos, as pretensões do Governador José Agripino, em nome da Frente Liberal no Estado, naufragaram.

Tantas conquistas apontam que Aluizio e o PMDB começam a montar o esquema político que garantirá apoios importantes no momento em que sejam iniciadas as campanhas



Agnelo Alves, assessor



Agripino preterido

ra a concretização dos seus projetos eleitorais.

A aprovação da emenda significou também o fim de velhos casuismos sacralizados pelo regime da Velha República e a abertura de negociações e alianças partidárias que serão, de longe, o elemento mais importante na nova trajetória política que o País conhecerá a partir de agora. Esses fatos, sozinhos, bastariam para indicar os rumos dos políticos potiguares exponenciais, que dão as cartas, escolhem os nomes e comandam, encastelados nos seus

cimento político, provocando euforia e deslumbramento — de um lado — e fissuras e temores — do outro.

POR CIMA — Indiscutivelmente, a primeira leva de nomeações confirmou a ascensão de Aluizio Alves a nível federal, premiando assim a sua habilidade em costurar simpatias no primeiro escalão do Governo. Inicialmente com o apoio, em primeira hora, ao Presidente eleito Tancredo Neves, saído das fileiras do seu partido. Depois, com a morte

eleitorais, competindo — ainda que em menor escala — com a máquina administrativa do Governo do Estado, sustentáculo de um monopólio que garantiu aos Maia a permanência durante doze anos no poder. Com o reconhecido traquejo de Aluizio para as coisas da política, não lhe será difícil multiplicar o alcance eleitoral dos cargos conquistados, o que, se não garante ao PMDB a certeza de vitória na eleição para prefeito de Natal, ao menos tornará mais interessante a disputa.

PODER AMEAÇADO — Para compensar os avanços das hostes peemedebistas, Agripino precisa arrastar para o seu grupo a escolha dos nomes para alguns cargos cujo peso eleitoral equivale ao de uma Secretaria de Estado. É o caso da Legião Brasileira de Assistência, por exemplo, que atua em todo o Rio Grande do Norte, cobrindo espaços vitais para quem faz do assistencialismo a base das suas campanhas.

Entretanto, todo o ocorrido até o final de maio indicava exatamente o oposto, ameaçando a harmonia do conjunto que define a figura do Go-

vernador do Estado. Os revezes começaram ainda antes do anúncio do Ministério da «Nova República». Aturdido com as especulações — depois confirmadas — que situavam Aluizio Alves como ministro do novo Governo, Agripino tentou boicotar a nomeação, arrastando atrás de si o suposto apoio dos demais governadores nordestinos. Fracassou.

Como fracassaria na tentativa de colocar o seu pai, Tarcísio Maia, em algum Ministério ou na Presidência de alguma estatal com *status* ministerial. Agora, escaldado pelas derrotas de cunho político, o terceiro Maia tenta arrancar do Congresso

Nacional aprovação para um empréstimo externo de 50 milhões de dólares, que seriam utilizados num agressivo programa de obras para coroar com um brilhantismo de fachada sua performance à frente do Governo.

DE OLHO NO FUTURO — Não será fácil. Há pelo menos dois senadores norte-riograndenses empenhados em obstacular a aprovação do empréstimo — Carlos Alberto de Souza e José Martins Filho, que exigem do Governador o detalhamento do plano de aplicação dos recursos. Com essa quantia em caixa, indubi-

Na disputa municipal, os ânimos começam a subir

Após a entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 25, que restabelece a eleição direta para prefeitos das capitais e municípios antes considerados Área de Segurança Nacional, e exige uma definição dos partidos em torno dos nomes a serem lançados em Natal o circo partidário começa a pegar fogo. Não existe nenhuma agremiação que consiga manter o consenso em torno de um nome, além do que a maioria dos candidatos já lançados estão muito mais em busca de uma vantagem qualquer do que, na realidade, interessados em concorrer de verdade ao pleito.

O PMDB apresenta fissuras irremediáveis diante da nova lei que permite a formação dos antigos partidos clandestinos, de esquerda, que antes estavam abrigados na legenda peemedebista. Entre estes merecem destaque o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, na melhor das hipóteses, sairão apoiando um único candidato de esquerda às eleições de 15 de novembro. Entre os nomes mais cotados em Natal, já se fala em Petextrato Cruz e Roberto Furtado, o que enfraquece em muito a agremiação a que estava filiados.

As alianças da esquerda à Pre-

feitura de Natal certamente não passarão pelo nome do deputado Rui Barbosa, recém-filiado ao PMDB, candidato escolhido para derrotar o consenso que venha a se formar entre o PDS e PFL em torno da Secretária do Trabalho, Vilma Maia, único nome que circula nas fileiras da situação como sendo forte o suficiente para competir com o PMDB e uma possível aliança de esquerda.

PLANOS DE FORMIGA — E o atual Prefeito, Marcos César, como participa desse páreo? A Emenda aprovada pelo Congresso proíbe a reeleição dos atuais prefeitos, o que obriga Formiga a continuar apenas até o dia da posse de seu sucessor. Na realidade, existia uma possibilidade de remanejamento do Prefeito para uma diretoria — do Finsocial — no BNDES, que também ficou invalidada, já que o Parágrafo Terceiro da Emenda Constitucional n.º 25, artigo 2.º, tem um aditivo que proíbe o atual governante nomear outro Prefeito para a Capital, mesmo que a nomeação anterior esteja revogada. No caso, se Marcos César assumisse o BNDES, fatalmente o Prefeito em exercício seria o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edmilson Lucena, até a data das próximas eleições.

Segundo Marcos César, este é

o real motivo que o fez declinar do convite feito “pelo consenso de governadores nordestinos” para que ele dirigisse o Finsocial no BNDES. No entanto, o Prefeito também tem planos políticos. Mesmo preterido à reeleição, ele pensa em participar das eleições de 1986 como candidato a uma cadeira na Câmara Federal e, inclusive, já se lança para o cargo publicamente. “Sou candidato”, afirma, para dizer em seguida que talvez conte com os votos do Deputado Márcio Marinho, seu cunhado, e não ao contrário, como acredita a maioria dos personagens da cena política. Dificilmente, Márcio Marinho consegue voltar à Assembléia Legislativa e somente uma ajuda substancial de alguém que tem uma potente máquina de fazer votos na mão, como é o caso da Prefeitura de Natal, poderá lhe ajudar na reeleição.

Além das gordas verbas enxertadas na publicidade municipal, o Prefeito ainda conta com três programas de peso que está executando em Natal: “Em casa também se aprende a Ler” — que colocou mais 29 mil alunos na alfabetização — “Melhorias Urbanas de Mãe Luiza” — realização de várias obras na comunidade — e o “Programa do Esporte Amador” — que agrega 29 mil desportistas — são realizações que certamente lhe darão dividendos políticos em 1986. Para este final de exercício, a Prefeitura de Natal conta com Cr\$ 12 bilhões já alocados que, certamente, também servirão a programas sociais de impacto, o que favorecerá a imagem do futuro candidato.

tavelmente José Agripino estaria aparelhado para aplinar o seu próprio caminho rumo ao Senado, ao qual pretende se candidatar em 1986.

A reboque da aplicação dos recursos virá certamente um bombardeio publicitário semelhante ao deflagrado por Agripino nos últimos dois anos de mandato à frente da Prefeitura, de onde saiu para eleger-se Governador. Agripino precisa urgentemente deste reforço de imagem, principalmente na capital, onde o acúmulo de gestos infelizes do Prefeito Marcos Formiga desestabilizou o suposto equilíbrio mantido pelo grupo Maia nos últimos anos.

Com a proximidade do pleito eleitoral, deverão ocorrer mudanças também na composição do secretariado estadual. Com a emenda aprovada pelo Congresso, Agripino certamente refreará o impulso de afastar Formiga (VER BOX) e trocá-lo pelo Secretário Elias Fernandes, conforme a especulação mais recente.

Entretanto, sempre houve nomes na mira de Agripino, justamente pelo fato do Governador sabê-los sem representatividade política e administrativa. Nomes como o do Secretário de Segurança Pública, José Fernandes Delgado, devem cair para que ascendam outros depositários de capital político mais expressivo e, justamente por isto, sem utilidade a partir de agora.

TRAGÉDIA CAPITALIZADA — Segundo rumores que correm no Estado, as enchentes serviram de campo para a colheita de dividendos políticos. Um exemplo são as equipes da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, encarregadas de levar às vítimas das enchentes alimentos, roupas e medicamentos. Em Mossoró, afirmam alguns, as sacolas e cestas de alimentos distribuídas aos flagelados continham, além do esperado pelos desabrigados, cédulas induzindo-os a votar em Lavoisier Maia para deputado federal em 1986.

Em nenhum momento o Governo



Desabrigados, mas eleitores



Formiga fica

do Estado vacilou em tentar capitalizar politicamente a tragédia desencadeada pelas chuvas contínuas caídas sobre o Estado nas últimas semanas. Dividiu o Estado em zonas equânimes, encarregando cada um dos secretários com pretensões políticas de controlar de perto todo o trabalho de assistência. Assim, Leô-

nidas Ferreira, Elias Fernandes e Vilma Maia — além de Lavoisier Maia, por tabela — puderam carimbar com o rótulo da ambição política pessoal cada gesto de mão estendida a quem sofreu os rescaldos do inverno rigoroso.

Escapou da barganha somente o Secretário de Interior e Justiça, Manuel de Brito, cuja presença à frente da Comissão de Defesa Civil do Estado deve-se a imposições relacionadas com as características do seu cargo. Dividindo entre «os de casa» o trabalho político do grupo, Agripino levou até o Secretário do Planejamento, Manuel Pereira, a quem dedica especial estima desde o mandato na Prefeitura do Natal, para o front de combate à fome travestido de clientelismo político. Ou vice-versa.

E é justamente o fim das regalias que pode estar no bojo das derrotas sofridas pelo grupo do Governador na primeira rodada de nomeações do Governo Federal para o Estado. Se assim não for, ao menos terá sido um alento. E um sinal a mais de que é preciso começar a limpeza definitiva. Já. □

OLGA DE MATTOS

Ah, eu adoro os coroas!



No Tahiti não tem essa história de discriminação. Jovens ou coroas, todos são recebidos com muito prazer. E com uma mordomia capaz de matar de inveja os ministros da Velha República.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626/ 3627/3628
Av. Rio Branco, 304 -- Ribeira -- Natal-RN

Sistema de vacinação ainda não é eficiente no Estado

Apesar de 70 por cento de menores do Rio Grande do Norte terem sido vacinados em 84 contra difteria, com um substancial aumento das coberturas vacinais, a doença ainda não está controlada. Essa afirmação é da Coordenadora de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, Dra. Sandra Celeste Tavares, que enfatiza a necessidade de que 80 por cento da população suscetível seja imunizada para que se consiga uma redução significativa da difteria.

"A vacina de rotina tem sido insuficiente para que se atinja as metas desejadas", continua Sandra Celeste e, embora a campanha de vacinação desencadeada a nível nacional todos os anos tente reverter o quadro, os números não são os desejados. Além da deficiência no sistema de vacinação a nível de Estado, ela cita como causas concretas da persistência do vírus no Rio Grande do Norte a própria população que, por motivo ou outro, não tem acesso aos serviços de vacinação oferecidos pelas Unidades de Saúde, a pouca informação sobre a importância da vacina e até a precariedade de recursos humanos.

Casos de difteria acontecem anualmente e com mais frequência no inverno, "até de forma epidêmica", frisou. Em algumas regiões do Oeste, por exemplo, esse ano aconteceu um elevado número de casos, um total de 98, dos quais 24 óbitos. As epidemias da chamada Crupe (como é mais conhecida a doença) aconteceram nos municípios de Upanema, Apodi, Caraúbas, Baraúnas, São Miguel e Lajes, totalizando de 5 a 6 casos em cada cidade.

Fazendo um comparativo da tentativa de controle da difteria de 82 até o momento, Sandra Celeste deixa claro que houve um aumento significativo: 1982, 290 casos; '83, 163; e '84, 244 casos. Diante de tal situação, ela chama a atenção da população para a próxima campanha (a nível nacional), contra poliomielite, DTP (Difteria, Tétano e Coquelu-

che) e Sarampo, nos dias 15 de junho e 17 de agosto. A anti-Pólio é para crianças com idade entre 0 a 4 anos; a anti-Sarampo, para crianças de 9 a 23 meses; e a tríplice, para menores de 2 a 11 meses. Neste último caso, argumenta Sandra, as mães devem levar os respectivos cartões para que não seja ministrada vacina sem necessidade, enquanto que, com a anti-Pólio, poderão ser vacinadas todas as crianças, independente de já terem sido vacinadas ou não.



Sandra Celeste: insuficiente

POLIOMIELITE — A Poliomielite, outra doença bastante temida pela população, está sob controle, embora a circulação do vírus ainda esteja presente, diz Sandra, daí a necessidade de se continuar com a campanha. A imunização é feita individualmente, por grupo e disseminação do ambiente.

Devem ser vacinadas todas as crianças, vacinadas anteriormente ou não, para que sejam superadas possíveis falhas na vacinação anterior. No primeiro ano da campanha, em 1980, foram registrados 20 casos (em 79, portanto antes da campanha, se registrou 95 casos), em '81, 10; '82, 13; '83, 1 e em '84, 5 casos.

Embora não seja vista como uma das principais causas de mortalidade infantil no Rio Grande do Norte, a difteria ainda preocupa bastante as autoridades de saúde do Estado. Não há necessidade de alarme, diz Sandra, mas isso deixa de alerta os responsáveis pela saúde da população no Estado. □



Haroldo Bezerra: RN deve pouco

ECONOMIA

Dívida externa do RN hoje ainda é de US\$ 60 milhões

Quanto deve o Rio Grande do Norte ao exterior? Esta é a pergunta que está sendo feita por vários setores da sociedade potiguar. A resposta já é conhecida, mas pouco entendida por estes setores, tendo em vista que, salvo algumas exceções, poucas são as pessoas que manejam com o «economês», linguagem repleta de jargões que sempre acompanham as diversas conversas sobre o assunto. Hoje, o RN deve 60 milhões de dólares, dos quais 40 milhões chegaram ao Estado durante o Governo de Lavoisier Maia, quando o empréstimo foi contraído, sendo que cerca de 18 milhões do que foi entregue acabaram sendo consumidos em juros.

Alguém pode indagar onde está o restante dos dólares que foram repassados pelo Banco Central, através do Banco Holandês Unido, que importa mais 20 milhões de dólares autorizados, unanimemente, pela Assembléia Legislativa na gestão Lavoisier Maia. Desta parcela, 9 milhões e 900 mil dólares serviram para rolar a dívida, o que não amortizou nada; somente pagou as taxas de juros. O Rio Grande do Norte já gastou seis milhões desse dinheiro e

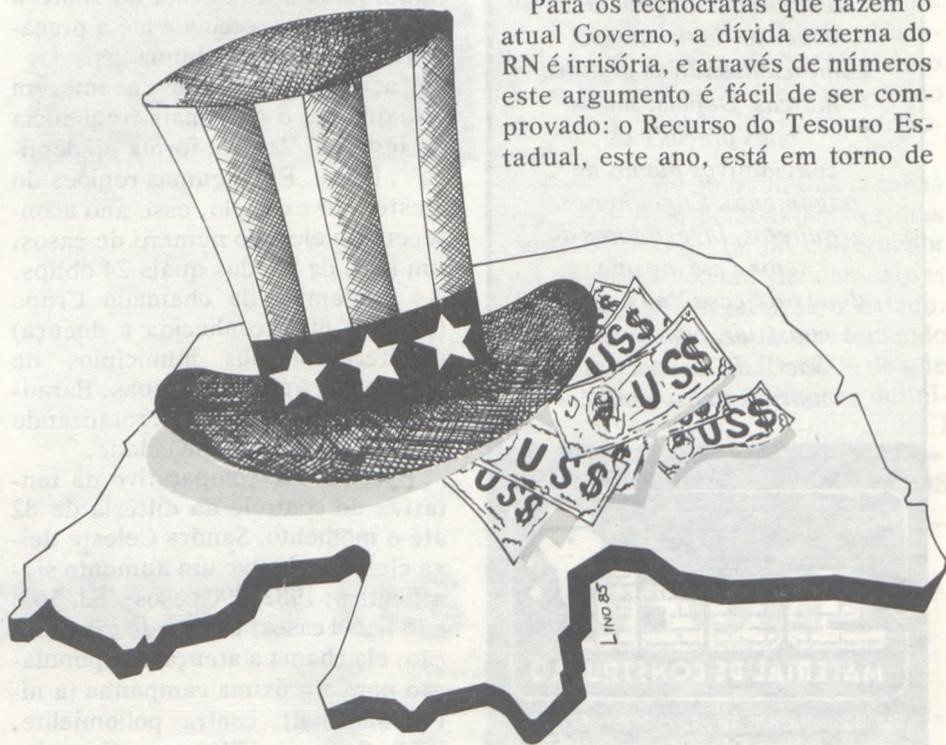
o restante — ou seja, 5 milhões e 100 mil dólares — está no Banco Central, que joga duro com os Es-

tados da União. Sendo o BC o banco que recebe os empréstimos externos para repassar aos Estados, ele guarda os recursos (diga-se aplica), por um tempo que pode durar de seis meses a um ano, depende da política que o Governo Federal desenvolve para o setor. O RN deverá receber esta última parcela do empréstimo externo até dezembro, segundo os cálculos do Secretário da Fazenda, Haroldo Bezerra.

DÍVIDA IRRISÓRIA — Na realidade, o Governo José Agripino somente utilizou-se até o momento de seis milhões de dólares, já que o restante somente começará a ser repassado a partir de outubro. Esta última etapa do empréstimo — os 20 milhões negociados no Governo Lavoisier Maia — começou a chegar no Estado em maio de 1983, e ainda está sendo consumido.

O Banco escolhido para se fazer a transação — o Banco Holandês Unido — tem sede no Rio de Janeiro, o que, segundo alguns setores do Governo, favorece os trâmites do negócio, já que ninguém do RN teve que sair com o pires na mão para negociar no exterior. De acordo com o Secretário da Fazenda, este empréstimo não significa nada no contexto da dívida externa brasileira, “já que o Rio Grande do Norte deve menos do que grande parte dos outros Estados. E basta comparar-se com a Paraíba, aqui vizinho, que deve somas superiores ao RN”.

Para os tecnocratas que fazem o atual Governo, a dívida externa do RN é irrisória, e através de números este argumento é fácil de ser comprovado: o Recurso do Tesouro Estadual, este ano, está em torno de



Cr\$ 730 bilhões (140 milhões de dólares) o que, comparado com o da União, certamente não aponta uma defasagem tão grande em termos de orçamento estadual e compromissos externos. A União, por exemplo, tem orçamento de Cr\$ 40 trilhões, e a dívida externa do País está hoje em redor dos 500 trilhões, ou 104 bilhões de dólares.

O RN ainda tem outro dado que alega governantes e tecnocratas: mesmo que o Estado venha a dever 110 milhões de dólares — como quer a atual administração — a dívida externa do RN somente representará 0,1 por cento do total da dívida nacional e, se esta importância for dividida entre os dois milhões de habitantes do Estado, caberá a cada um cerca de 50 dólares à pagar na liquidação do empréstimo. No entanto, os norte-riograndenses também estão incluídos entre os devedores do País e, como qualquer brasileiro, devem mais cerca de 800 dólares por cabeça aos países credores do Brasil.

US\$ 50 MILHÕES — Porém, a atual administração também quer mais um empréstimo externo para levar adiante seu projeto de Governo e, embora mais 50 milhões de dólares já estejam liberados pelo Legislativo estadual para servir ao Governo Agripino, a liberação desse empréstimo esbarrou no Senado Federal, onde o Senador Martins Filho (PMDB/RN), não acha correto mais esse endividamento para a população potiguar. O Senador alega que somente será favorável e arregi-

mentará seus colegas de bancada à liberação dos 50 milhões se o atual governante fizer uma prestação de contas detalhada dos investimentos executados com as primeiras parcelas do empréstimo anterior. Este pleito não está sendo atendido pela administração atual que, alega sistematicamente não poder fazer uma prestação de contas da gestão passada.

Não tão somente o Senador Martins Filho se pronuncia desfavorável ao aumento do endividamento externo do RN, mas outros setores também têm se manifestado. O ex-Governador Cortez Pereira recentemente escreveu para esta revista (**RN/ECONÔMICO**, n.º 164, maio/85) e fez uma compacta análise sobre o assunto. Entre outros argumentos levantados, Cortez Pereira diz não concordar com o Projeto-Lei n.º 105/84 (Mensagem do Governador que traz o Programa de Investimentos para o Empréstimo Externo), tendo em vista que a maioria dos recursos serão aplicados em implantação e pavimentação de rodovias (cerca de 62%), construção de poços e açudes (30%), eletrificação rural (12%) e o restante (6%) serão gastos em obras de infra-estrutura urbana. Ele argumenta que construção de estradas não emprega a maioria da força de trabalho necessitada, “responsável maior pela miséria” e que nenhum desses investimentos estão sendo feitos em “atividades diretas, permanentes e produtivas”. □

GRAÇA PINTO

CIDADE

A violência acompanha de perto o desenvolvimento

O rápido e irreversível crescimento urbano e populacional de Natal, somado a um dos principais problemas sociais do Estado — o êxodo rural — ainda é acompanhado de perto pelo aumento dos níveis de violência e insegurança na cidade. Hoje, nenhum natalense tem mais dúvidas que a cidade perdeu aquela sua sempre saudosa tranquilidade, quando era possível andar pelas

ruas a qualquer hora, sem o menor susto — e em qualquer bairro. A Polícia, naturalmente, também tem acompanhado o desenvolvimento da Grande Natal. Há até poucos anos, desaparelhada, a Polícia — especialmente a PM, mas a Civil também — tem adquirido mais equipamentos, além de nomeado novos delegados e agentes.

Que a Polícia está mais aparelha

da não resta dúvidas, inclusive acompanhando as novas técnicas de combate à criminalidade, contando, também, ainda que a níveis deficientes, com psiquiatras e psicólogos no tratamento a toxicômanos e assistentes sociais num trabalho educacional junto aos menores abandonados. Entretanto, a violência urbana numa cidade como Natal (de médio porte), cresce numa rapidez impressionante, assumindo porte da violência das metrópoles. A realidade é que esse é um dos principais problemas sociais da Capital (em menor proporção, no interior), a exigir da Polícia, do Governo e da população desafios que transcendem à mera constatação do fato, demandando a tomada de medidas capazes de solucionar o problema sem o agravamento da situação.

PROBLEMAS SOCIAIS — A estatística das principais ocorrências policiais registradas em Natal e no interior do Estado, divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública, mostra que é alto o nível de violência. O quadro das principais ocorrências registradas no decorrer de janeiro, fevereiro, março e abril, em Natal, indica furtos e roubos como os dois tipos mais freqüentes de ocorrências. De janeiro a abril, foram registrados 1.005 furtos, seguido de 690 roubos. (A diferença entre os dois tipos de ocorrências é que o último vem acompanhado de casos de violência).

O terceiro maior número, numa ordem decrescente, é o de acidentes de trânsito registrados no decorrer daqueles quatro meses: 484 acidentes, dos quais 113 envolvendo casos de lesão corporal e mais 18 com morte. Foram registrados, ainda, 146 assaltos, 254 casos envolvendo consumo de drogas, além de 17 por tráfico. Foram registradas, também, 121 lesões corporais, 20 tentativas de homicídios, 27 homicídios, 69 apropriações indébitas, 46 veículos roubados, 35 veículos recuperados, 44 estelionatos, seis tentativas de estupro e três estupros. No interior, os números são bem menores, dando-se a impressão de que toda violência no Estado se resume a Natal. Basta três exemplos: enquanto aqui, foram registrados 1.005 furtos, no interior apenas 99. Ali, apenas um veículo furtado. Ainda no interior: nenhum assalto, nenhuma apropriação indébita, nenhum estelionato. □

Um projeto alimentar para populações de baixa renda

Não é difícil encontrar, nos bairros da periferia de Natal, pequenas vendas populares exibindo uma placa com a indicação «Proab» na fachada. Isso significa que aquele estabelecimento faz parte do Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda, implantado em Natal pela Companhia Brasileira de Alimentos — Cobal — em 1981. O que, na realidade, é um projeto pouco conhecido para as classes de maior poder aquisitivo da cidade, tem constituído uma opção de compra e venda de gêneros alimentícios para varejistas e consumidores dos bairros pobres.

Isso ocorre porque, trabalhando com subsídios do Governo Federal, o Proab propõe oferecer, à população com menor poder aquisitivo, «uma cesta alimentar básica» por

menores preços que os encontrados no mercado. Segundo o gerente da Cobal no Estado, Raimundo Nonato Barbosa, os preços dos produtos oferecidos pelo Proab ao consumidor estão sempre oito por cento abaixo dos preços do mercado normal. A manutenção dos preços nesta faixa é controlada através da fixação de uma tabela, a qual o varejista inscrito no Proab é obrigado a cumprir. Essa tabela, por sua vez, é determinada a partir de uma pesquisa entre a população que o Proab pretende atingir.

A lista dos produtos oferecidos, disse Nonato, também é determinada através de pesquisa e estudos feitos por uma equipe de nutricionistas do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Saúde e de Agricultura do Governo do Estado.

Atualmente, o Proab vem oferecendo nove gêneros alimentícios na composição de sua «cesta básica»: feijão macassar, arroz, óleo de soja, macarrão, fubá, ovos, farinha, açúcar e leite em pó. Eventualmente, também são incluídos nesta lista a carne de charque e variedades de peixe seco, este último no período da Semana Santa.

LUCRO E LIMITAÇÕES — Para distribuir os produtos aos varejistas, que farão a revenda aos consumidores, a Cobal tem hoje, aqui em Natal, dois centros de distribuição fixos. Um no bairro das Quintas, atendendo às áreas de baixa renda localizadas na zona norte da cidade, e outro na Ribeira, atendendo às áreas das Rocas, Brasília Teimosa, Mãe Luíza e adjacências. Além desses centros, há também dois caminhões, ou postos volantes, que circulam em dias alternados nos bairros da zona sul e na Cidade da Esperança e áreas próximas.

A inscrição do varejista no Proab não é complicada. De acordo com o gerente da Cobal, o comerciante não enfrenta nenhuma burocracia, mas deverá preencher alguns re-

CODIF TEM.

As melhores marcas em ferramentas, material elétrico e motores elétricos. Equipamentos para piscinas e produtos químicos para tratamento d'água. Banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas, tintas e ferragens. Instrumentos de medição, máquinas de solda e abrasivos.



CIA. DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

NATAL — RUA DR. BARATA, 190 — TELS.: 222-3571/8033/8210 — TELEX: 2252.
RECIFE — SÃO LUIZ — SÃO PAULO — FORTALEZA — MACEIÓ — ARAPIRACA
PALMEIRA DOS ÍNDIOS.



Cesta básica a custo baixo

quesitos. O principal deles é ter seu estabelecimento classificado como de «pequeno ou médio porte» e estar localizado dentro de uma «área de baixa renda». O número exato de varejistas hoje inscritos no Proab, aqui em Natal, Raimundo Nonato Barbosa diz não ter condições de informar, mas aqueles varejistas que estão comprando regularmente chegam a mais de quatrocentos.

“Há sempre uma variação no número de varejistas que se beneficiam do Proab”, diz ele. Essa variação deve-se principalmente ao fato de que os produtos do Proab não são vendidos a prazo, ou seja, o varejista tem que pagar na hora o que compra nos postos de distribuição. “Muitos deles”, reconhece o gerente da Cobal, “não têm condições de

fazer isso e deixam de comprar”. Outro fator que influi na variação do número de varejistas comprando produtos do Proab para revender é a “limitação na distribuição dos produtos para cada comerciante”. Essa limitação, explica Raimundo Nonato, leva em conta a capacidade de venda do varejista e a de consumo da área onde está localizado. Sua principal finalidade é evitar a especulação por parte de alguns que, possuindo poder aquisitivo maior, poderiam comprar mais do que necessitam vender e formar um estoque de reserva. A margem de lucro que o Proab deixa ao varejista, fixada em dez por cento, não é considerada pela Cobal como um dos fatores determinantes dessa variação. □

COMÉRCIO II

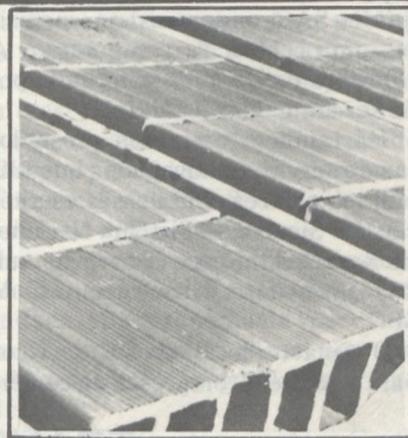
CDL intensifica campanha para reabilitar devedores

Com o objetivo de transformar os clientes inadimplentes do comércio de Natal em clientes com crédito na praça, o Clube de Diretores Lojistas vem intensificando uma campanha que apresenta um «slogan» bem sugestivo: “Ficou fácil limpar o nome no SPC”. A campanha está sendo divulgada através dos veículos de comunicação desde o início do mês passado, e promete uma vantagem: o cliente com pagamentos em atra-

so, após quitar o débito, recebe um «nada consta» do SPC — Serviço de Proteção ao Crédito — em 24 horas, quando antes esse prazo era de três meses.

Mas além do SPC, o consumidor em débito com os lojistas da cidade enfrenta dois outros sistemas de cobrança criados pelo CDL para proteger os seus associados. O primeiro deles é a Central de Cobrança, através do qual os lojistas podem

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626/ 3627/3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

cobrar títulos vencidos sem ter que utilizar a carteira de cobrança de sua própria empresa. No trabalho de cobrar os títulos vencidos, a Central de Cobrança mobiliza pessoal treinado especialmente para esse fim através de telefonemas, cartas e até contatos pessoais com o devedor. A isso se soma, também, o Serviço de Atendimento ao Cheque — SAC, onde já existe, inclusive, uma central de computação. A cobrança de cheques sem fundo pode ser amigável ou judicial.

Há também empresas prestadoras de serviços e advogados que trabalham na área. Um desses escritórios é o Sinacre — Sistema Nacional de Representações e Cobranças, um dos mais fortes concorrentes do SPC.

O Sinacre local presta serviços para mais de 60 empresas do comér-

cio, instituições financeiras e empresas de serviços diversos, como postos de gasolina. Contando com uma equipe especializada, a qual inclui o departamento jurídico, centralizada na matriz em João Pessoa, também tem sua política de cobrança.

“A política é receber, dando condições ao cliente de pagar o seu débito parceladamente, isto quando não há condições de pagar o débito de uma só vez”, enfatiza o gerente do Sinacre, Francisco Guerton. Acrescenta ainda que, esgotadas todas as maneiras amigáveis de cobrança, o Sinacre solicita da loja uma procuração para que o setor jurídico entre com ação executiva. Feito isso, o objeto financiado é tomado, mediante ordem judicial ou por livre e espontânea vontade do cliente, ressalva. □

rias, a melhor opção ainda é a via terrestre, porque mesmo sendo possível financiar a passagem aérea, há o problema de se ficar pagando durante vários meses, o que pesa no orçamento. Com relação a São Paulo, acontece a mesma coisa, pois enquanto uma viagem aérea (apenas de ida) custa Cr\$ 903.900, mais a taxa de embarque de Cr\$ 2.900, por via terrestre ela sai ida e volta por Cr\$ 344.548, e ainda possibilita ao usuário ir conhecendo várias cidades. Para Salvador, a passagem aérea com duas escalas está custando Cr\$ 375.600, mais a mesma taxa de embarque, enquanto a terrestre custa Cr\$ 67.862.

Os horários de vôo oferecidos pelas empresas aéreas são outro ponto de queixas. Por exemplo: para o Rio de Janeiro, os horários de saída são 7:25 horas e 16:20 horas, enquanto para São Paulo é oferecido um vôo às 7:30 horas e outro noturno às 24:15 horas, onde é cobrado um preço mais baixo pela passagem, ou seja, Cr\$ 632.700, mais a taxa de embarque. Para Salvador, o horário de vôo é 16:20 horas com as duas escalas e, embora procurado razoavelmente na época de férias, fica um tanto preterido durante a baixa estação. Por via terrestre, saem ônibus diariamente para São Paulo às 13 horas; para o Rio de Janeiro, às 15:40 horas, e Salvador às 12 horas, e quase sempre lotados.

O movimento do Terminal Rodoviário da Cidade da Esperança é intenso: há sempre pessoas saindo ou chegando dos mais diversos pontos do País e do Estado. A movimentação permanente do Terminal

TRANSPORTES

Mesmo para classe média, só dá para viajar por terra

O Aeroporto Internacional Augusto Severo voltou a sua rotina depois da greve dos aeroviários e aeronautas. O restaurante continua oferecendo péssimos serviços e o movimento ainda é bastante escasso, talvez em função dos horários de vôo, que são poucos. Nos últimos meses, a procura não está sendo tão intensa, tanto que para reservar uma passagem para Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador — as mais procuradas — não há nenhuma dificuldade; basta que se faça a reserva na véspera da viagem, ou até mesmo no dia. O mesmo não acontece, porém, em relação ao transporte terrestre, onde em geral as passagens têm que ser reservadas com muita antecedência para assegurá-las.

Uma outra diferença é observada também na forma de reserva das passagens: enquanto as áreas podem ser reservadas sem nenhum problema pelo telefone, para as terrestres isso só pode ser feito pessoalmente e com a apresentação de um documento de identidade. As reservas por telefone, só em casos muito especiais. Essa procura bem maior pelo transporte terrestre — embora o aéreo seja mais confortá-

vel e rápido — é explicada pelos usuários em parte por causa do preço da passagem de um e de outro. Uma passagem para o Rio de Janeiro está custando atualmente Cr\$ 802.000, mais uma taxa de embarque de Cr\$ 2.900, enquanto a passagem por via terrestre custa Cr\$ 154.254.

OPÇÃO HORÁRIA — Isso significa que, para o trabalhador em fé-



Aviões não são opção real

Rodoviário contrasta vivamente com o Aeroporto Internacional Augusto Severo, onde em geral o movimento é mínimo — as reclamações são muitas e vão desde o péssimo serviço de restaurante — o que também ocorre na Rodoviária, onde existe apenas uma pequena lanchonete — até os freqüentes atrasos nos vôos. É por causa de todos esses contratempos que Luciano Mendes de Aguiar, tentando comprar passagens na Rodoviária, afirma que prefere viajar de ônibus, que é o trans-

porte do assalariado classe média.

Viagens aéreas, segundo ele, é para aqueles que possuem um bom poder aquisitivo, não para quem, como ele, fica durante todo o ano juntando tostão por tostão para viajar nas férias. Ele diz que o que gastaria apenas na compra de uma passagem aérea, dá para comprar duas de ônibus e ainda curtir um pouco quando chegar no Rio de Janeiro. Além disso, possibilita o conhecimento de outras pessoas e cidades. □

TELEVISÃO

Um programa que revive os anos áureos do auditório

Apesar das precariedades de ordem material, a Televisão Universitária de Natal, a exemplo da Globo, está apostando numa velha fórmula de sucesso: o programa de auditório. A fórmula era considerada desgastada há até pouco tempo. Mas, depois do sucesso conseguido pelo «Cassino do Chacrinha» e «Som Brasil», o primeiro com nova roupagem e o segundo consolidando um espaço para as músicas regionais, ficou provado que esse tipo de programa será sempre do agrado do público. A fórmula dá certo mesmo quando feita sem o chamado «padrão global de qualidade», como prova a boa audiência que vem conseguindo o «Canta Nordeste», da TV-U, levado ao ar nas tardes de domingo desde o final de fevereiro último.

Edson de Oliveira, experiente

apresentador de programas deste gênero e **disc-jockey** da Rádio Tropical, onde apresenta «Edson de Oliveira, Embaixador do Forró», «comanda» — como ele mesmo anuncia aos quatro ventos — o «Canta Nordeste». Edson foi convidado pessoalmente pelo próprio diretor da TV-U, jornalista Jânio Vidal, por este ter “sentido a necessidade de um programa de lazer”, explica Edson. Preenchida a necessidade, o programa está correspondendo às expectativas e vai ganhar exatamente aquilo de que não poderia prescindir: um auditório. Devido às dificuldades da emissora, o programa estava sendo feito no estúdio, onde era improvisado uma espécie de auditório para dezenas de populares que, voluntariamente, se dirigiam ao prédio da TV-U para assistir ao programa.

CANTA NORDESTE ENTRA NO AR — O programa é uma mistura bastante modesta, e certamente empírica, de «Som Brasil», «Cassino do Chacrinha» e «Sílvia Santos». Do primeiro, tem o fato de estar voltado exclusivamente para divulgação da MPB, revelando novos talentos. Do Chacrinha, um dos recursos do qual se utiliza é aquele bastante simpático, quando o público invade o palco, no final do programa, e faz a sua festa diante das câmeras. De Sílvia Santos, quem atentar bem para a postura de Edson de Oliveira, no decorrer do programa, perceberá a forte influência dos trejeitos do «Homem-Sorriso», através das poses aparentemente descontraídas, mas indisfarçadamente estudadas, da entonação da voz, e, naturalmente, dos sorrisos bem ao gosto garoto-propaganda de creme dental.

Embora aparentemente «Canta Nordeste», aos olhos mais exigentes, pareça uma caricatura daqueles três programas, na realidade tem uma estética própria. Um novo Glauber Rocha poderia conceituar que aquele é uma estética do precário. Não estaria longe da verdade, mas é preciso assinalar a facilidade de comunicação do programa com o grande público e a própria facilidade de adaptação dos artistas populares para com os produtos da indústria cultural.

Ninguém melhor, entretanto, do que o próprio Edson de Oliveira para explicar o «Canta Nordeste», que conta com Jácio Fiuza na direção de produção: “Tem por objetivo fazer cantores, abrindo espaço para os profissionais e semi-profissionais. O Rio Grande do Norte tem grandes valores, mas a maioria vive no ano-



Edson de Oliveira ...



... apresentando o «Canta Nordeste»

nimato. Agora, estes têm a oportunidade de apresentar seu trabalho não apenas para Natal, mas também para vários municípios do Estado, onde chega o sinal da TV-U”.

VENCENDO INTEMPÉRIES —

Escassez de fitas de vídeo-cassete para gravações de programas, de material de carpintaria e de profissionais são os principais problemas enfrentados pela direção da emissora, que se vê impossibilitada de solucioná-los pela limitação de recursos financeiros e equipes reduzidas. Por isso, não esconde Edson, dá muito trabalho para realizar o programa, que só vai ao ar graças ao amor de toda equipe do «Canta Nordeste» pelo programa. Acrescente-se que, apesar do sucesso de audiência que vem conseguindo, medido através das cartas e telefonemas, as verbas da emissora vão prioritariamente para os programas de caráter eminentemente educativo. Não é o caso do «Canta Nordeste», considerado de lazer.

Enquanto as melhorias não vêm, o programa é levado ao ar, ao vivo, ressalte-se. Edson de Oliveira acha, porém, que ao vivo o programa apresenta algumas vantagens: é apresentado com mais pique, mais calor humano, o que acaba agradando o público, descontadas algumas falhas técnicas que, por menor que sejam, não passam despercebidas por quem está em casa diante do vídeo. Edson acredita também que, com ou sem melhorias, o programa tem condições de competir com a toda poderosa Globo nas tardes de domingo porque, entre um enlatado e o «Canta Nordeste», ele garante que grande parte da comunidade potiguar prefere o último. “Já constatei a necessidade que o povo sente de um programa desses, em conversas com muitas pessoas”, afirma.

Assim como a Globo, que no seu já tradicional esquema de «marketing» junto com a sua subsidiária, Som Livre, gravou um disco com a trilha sonora e músicas do «Som Brasil», Edson de Oliveira, sempre acreditando na sua proposta e confiando no seu público, partiu para um esquema parecido. Naturalmente, bem mais modesto. Ele, que também é cantor, vai gravar um LP independente e individual, que terá o mesmo título do programa. O lançamento está previsto para até o final do ano. No mais, é aguardar para conferir a versatilidade. □



Em Natal, a era da marmitta

CONJUNTURA

Cresce o número daqueles que optaram pela marmitta

É cada vez maior o número de pessoas que estão optando por comer de marmitta nos últimos tempos, em Natal. A necessidade de trabalhar dois expedientes, a dificuldade em conseguir uma empregada doméstica que saiba e queira realmente fazer o serviço direito, são os fatores apontados pelos consumidores como os responsáveis pela procura da comida de marmitta. É bem mais cômodo, não há atritos com empregadas, a comida é sempre variada e suficiente para alimentar bem e o preço também é acessível, diz Maria do Socorro Medeiros e Silva, funcionária pública, três filhos pequenos e há quase um ano sem empregada.

“A princípio”, conta ela, “comecei a comprar a marmitta porque era difícil trabalhar dois expedientes e fazer o almoço, isso sem falar em cuidar das crianças, que exigiam sempre mais atenção”. Com isso, acabava chegando sempre atrasada ao trabalho, criando atritos com o chefe da repartição. Informada por um amiga, resolveu experimentar comer de marmitta e, agora mesmo estando um pouco mais livre de horários, não quer voltar a cozinhar. A menos que encontre uma empre-

gada doméstica eficiente e que se adapte bem ao serviço.

ECONOMIA — Já Gilka Fernandes de Almeida, estudante universitária e que mora sozinha aqui em Natal, afirma que optou pela marmitta porque é bem mais econômico. A marmitta que ela compra diariamente a Cr\$ 7 mil, dá perfeitamente para almoçar e jantar e sai muito mais barato do que preparar a comida diariamente, pois apenas um quilo de carne está custando hoje mais de Cr\$ 8 mil. Há também um outro aspecto: a variedade, porque o mesmo prato não é jamais servido durante dois dias seguidos.

Nas casas onde são vendidas marmittas — que, na maioria das vezes, não são propriamente restaurantes — a informação é de que, nos últimos tempos, houve uma procura maior que não sabem explicar. Acreditam, no entanto, que seja uma decorrência da dificuldade de conseguir empregada doméstica e da necessidade cada vez maior da mulher trabalhar para ajudar o marido. Fazendo marmittas caseiras há cerca de três anos, Eulália de Abreu diz que entrou no ramo meio por acaso. Uma amiga ficou sem empre-

gada e, como gostava de cozinhar, se ofereceu para ficar preparando a sua alimentação durante um determinado tempo, enquanto a amiga arranjava alguém que fizesse o serviço.

VARIEDADE — Houve uma grande aceitação por parte da amiga, que não gostava realmente de cozinhar e propôs que Eulália de Abreu passasse a fornecer a marmita mediante pagamento. Relutante no início, ela diz que acabou concordando, e seguindo o conselho de familiares resolveu investir no comércio. Apesar disso, esclarece que nem tudo são flores; há épocas em que a procura diminui um pouco, os preços dos gêneros alimentícios sobem, ficando difícil manter o comércio em bom ritmo, mas no geral vale a pena.

Na tentativa de agradar os clien-

tes, faz uso de várias receitas, sobretudo de comidas simples, como por exemplo o arroz, feijão e que vai preparando a cada dia. É claro que não dá para fazer nada muito sofisticado, o que encareceria bastante a marmita, mas dá para deixar com um gostinho diferente. Afinal, raros são aqueles que conseguem ter um dia-a-dia sofisticado. E a maior parte dos clientes de casas de marmita parece mesmo preferir a comida caseira, sem grandes artifícios, até porque é a alimentação habitual de quase todos esses clientes. Mas ninguém quer pagar um preço equivalente ao que pagaria em qualquer restaurante, muitas vezes para comer bem menos. Tanto assim que a média de preços por marmita varia de Cr\$ 7 a Cr\$ 10 mil, de acordo com o número de pessoas que vão se alimentar. □

na Praça André de Albuquerque, Cidade Alta, o Mintchura é mais que um neologismo de Neuzinha Brizola. O seu proprietário, jornalista Miranda Sá, explica o fato de o bar ser muito freqüentado por artistas e intelectuais por estar próximo ao Centro Cultural. Aberto aos mais variados gostos, o Mintchura talvez seja um dos pouquíssimos bares da Cidade Alta que tem, em suas prateleiras, 43 marcas diferentes de cachaça. Mas o consumo maior é mesmo de cerveja, e até mesmo de doses de uísque e bebidas mais caras.

Quem gosta de comer, pode degustar uma «cabeça de galo», um «feijão amigo» ou um «coração de galinha» no espeto, a preços bem populares. O «cabeça de galo», por exemplo, pouco conhecido nos bares do Centro da Cidade, é muito pedido. O «feijão amigo» vem com feijão mesmo, e não apenas caldo. Além desses tira-gostos, o bar — que pode ser considerado como um agradável «boteco» — oferece outros, sempre renovados. Tendo começado a funcionar em dezembro de 1984, algumas das inovações dali se vê também em alguns outros bares, como por exemplo o mural que, naturalmente, ali virou jornal mural: «Mintchura News», com textos predominantemente políticos, embora também com poemas e prosas.

“Hoje, o Mintchura é um bar que existe”, confessa Miranda. Entretanto, ressalva: a Emproturn e até mesmo a Secretaria da Indústria e Comércio não têm colocado o bar nas listas oficiais. “Mas eles não podem esconder o sol com a peneira. A boa freqüência, o bate-papo,

LAZER

As diferentes opções nos bares do centro de Natal

Há até pouco tempo atrás, quando chegava a noite a Cidade Alta cerrava as portas das suas lojas e, depois disso, só restava a solidão dos poucos automóveis em sua habitual velocidade e dos sinais luminosos a olhar sonolentos as faixas de pedestres vazias. De repente, não mais que de repente, o lugar se abriu para bares diferentes e especiais, onde a música e a arte, se unem para que as pessoas que apreciam os prazeres da noite possam conversar o trivial variado, enquanto as outras se ligam na «realidade» da TV Globo.

São bares que parecem fazer questão de chamar atenção a partir mesmo dos nomes inspirados e criativos: Mintchura, Pressão Alta, Boca Bar, Vice-Versa. Que convidam damas e cavalheiros para beber de acordo com o galope da inflação, e a degustar tira-gostos relativamente baratos como o «feijão amigo», oferecido pelo Mintchura. Quem não gostaria, também a preço popular, de comer um sanduíche «Xuxa», «Monique Evans», «Alain Delon» ou até mesmo «Roberta Close», como o Pressão Alta coloca à disposição?

Já para os que gostam de cair na

dança, a música pode unir as afinidades, e não é difícil de encontrar desde o ritmo dos momentos — MPB, rock, «new-iê-iê-iê-wave» — até sambas, boleros, baião e outros. A vida e as coisas como elas são, ou como são em sonhos. E os bares são, ao que parece, o lugar indicado para viver os sonhos.

NOITE, DIA E BIRITA — Localizado no pátio do Centro de Cultura



A moda de bares no centro



Várias opções na noite

tudo isso é uma prova de que o bar deu certo". Ressalte-se, ainda, que o Mintchura abre também durante o dia, de segunda a sábado.

BATE-PAPO E CERVEJA — Pa-recido com aqueles bares que apa-recem nos filmes ingleses, tipo «pub», por ter balcão e sua fachada ser de tijolo aparente o Boca Bar também tem seu lado especial, colo-cando à disposição desde os tira-gostos mais simples e baratos, como o quibe a Cr\$ 1.500, até a porção de camarão à milanesa, na manteiga e ensopado, a Cr\$ 7.000. Isso, assim como nos outros lugares, sujeito aos galopes da inflação. "O bar é dife-rente, se comparado com os bares da Cidade Alta, em termos de músi-ca e ambiente", coloca um dos pro-prietários, Marcos Campos, que tra-balha em sociedade com Ubirajara Jácome.

Com sede, o consumidor pode sorver aquela cervejinha, ao som de um gostoso rock ou MPB. O Boca também abre passagem para a arte, expondo em seus espaços camisas, quadros, colagens e mural para pos-ters e poemas. Agrada. Além disso, oferece uísque — uma dose de Teachers, Cr\$ 6.500 e Old Eight, por exemplo, a Cr\$ 3.000 — além de sucos e refrigerantes, ali próximo ao

Cine Rio Grande.

BARES SOFISTICADOS — Ca-racterizado pela sua boa decoração, com mesas e cadeiras em seu inte-rior e na calçada, o Pressão Alta, na Avenida Deodoro, próximo também do Bar do Lourival oferece como única opção de cerveja, a Cerma, mas às sextas e sábados, em com-pensação, tem Chopp Antártica. Aberto todos os dias, funciona à noi-te de quinta a segunda e de dia e de noite no finais de semana. Cobra **couvert** artístico, de Cr\$ 3.000, nos dias de serestas e **shows**. Às quar-tas, serestas. Aos sábados e doming-os, Pedrinho e Sua Batucada. Apresenta, também, **shows** com ar-tistas transformistas, como por exemplo o já consagrado Zezo.

Nesse, como no Vice-Versa, há lo-cais para se dançar ao som de uma música pulsante. Tem algo de boate. Nos dois, muitos posters, se des-tacando os de Carlitos, e trabalhos de artes plásticas. Em termos de co-mida, o Vice-Versa dispõe desde porção de filé com fritas, a Cr\$ 6.500 até bolinhos de carne, a Cr\$ 1.000. Além de sanduíches do tipo «Nova República», há bebidas de todos os tipos, de rum a licores, de cerveja a vinho branco. Enfim, a opção fica ao gosto do freguês. □

INDÚSTRIA

Cresce o setor dos têxteis

Apesar da crise econômica que atingiu drasticamente o setor nos últimos cinco anos, agravada pela seca e enchente, surpreendente-mente o Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte conseguiu crescer, no período 1980/1984, notadamente no segmento têxtil, conforme pesquisa realizada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI/RN) junto às empresas que compõem o setor. O número de empresas do segmento têxtil aumentou das 16 registradas em 1980 para 42 enumeradas no ano passa-do, enquanto o faturamento subiu dos Cr\$ 4,8 bilhões contabilizados há cinco anos para os Cr\$ 127 bilhões computados no ano passado.

A capacidade instalada também sofreu acréscimo, subindo dos 776 teares instalados em 1980 para os 891 contabilizados no ano passado, enquanto o total de fusos subia de 154.796 para 167.404 e o de reatores elevou-se dos 1.476 computados há cinco anos para os 3.016 registrados há um ano. A projeção do número de empregos indica uma elevação dos 3.992 computados em 1980 para 4.089 até o final deste ano.

Os dados levantados revelam ain-da que, no segmento de confecções, o número de empresas subiu das 13 para 31 no mesmo período, cor-respondendo a um aumento de fatu-ramento de Cr\$ 5,5 bilhões em 1980 para Cr\$ 135 bilhões há um ano. Houve, no entanto, queda na produ-ção: das 17,4 milhões de peças regi-stradas em 1981, os números caí-ram para 15,2 milhões.

Esses mesmos números foram mostrados primeiramente aos in-vestidores que visitaram o estande do Rio Grande do Norte na recente 30.ª Fenit, em São Paulo. □

Ah, eu adoro os coroas!



No Tahiti não tem essa história de discriminação. Jovens ou coroas, todos são recebidos com muito prazer. E com uma mordomia capaz de matar de inveja os ministros da Velha República.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui

CAPEMI PECÚLIO: 25 anos de bons serviços

No corrente ano a Capemi Pecúlio está comemorando 25 anos de fundação. É o Jubileu de Prata de uma instituição que conta atualmente com mais de 1.000.000 — um milhão — de sócios ativos, isto é, que contribuem mensalmente para receberem seus Benefícios, dentro da mesma credibilidade e segurança de quando começou.

Para se ter uma idéia do tamanho da CAPEMI, bastam os seguintes dados, referentes a 1984.

Benefícios pagos — Jan a Nov/84 — Cr\$ 8.513.232.000,
Folha mensal de pensionistas e aposentados — Cr\$
1.240.231.816, Assistência Financeira concedida — Cr\$...
49.516.091.000, Número de novos sócios inscritos em 1984 — 175.000.

É importante salientar que o total das contribuições pagas à CAPEMI pode ser abatida do Imposto de Renda.

Por isso é que ela é a maior organização de Previdência Privada do Brasil. Qualquer um com qualquer renda ou expectativa de benefícios, pode participar.

Existem duas maneiras básicas de se receber o pecúlio legado: de uma só vez ou parceladamente, em forma de renda mensal. Em qualquer uma delas a segurança e o futuro dos dependentes e/ou beneficiários estão garantidos.

Os recursos da moderna tecnologia de processamento de dados que a Capemi possui, permitem que os benefícios concedidos aos participantes sejam pagos absolutamente em dia, mesmo que estes se localizem no interior do Estado.

Todos os Planos de Pecúlio CAPEMI são corrigidos anualmente pela variação das ORTN's, e embora essa correção tenha se tornado obrigatória em 1977 através da Lei



Nova agência: atendimento mais eficiente

6.435, a atualização automática dos planos da Capemi já é procedida desde a sua criação, desta forma protegendo o patrimônio do beneficiado dos efeitos negativos da inflação, mantendo sempre em dia o valor real do seu patrimônio.

COPA «JUBILEU DE PRATA» — Nas comemorações dos seus 25 anos a CAPEMI incluiu em torneio de ciclismo com participação a nível nacional de todas suas Agências.

Serão disputadas provas eliminatórias a 23 de junho em capitais do Brasil, e uma finalíssima no Rio de Janeiro a 21 de julho para onde irão os vencedores das categorias 'adulto

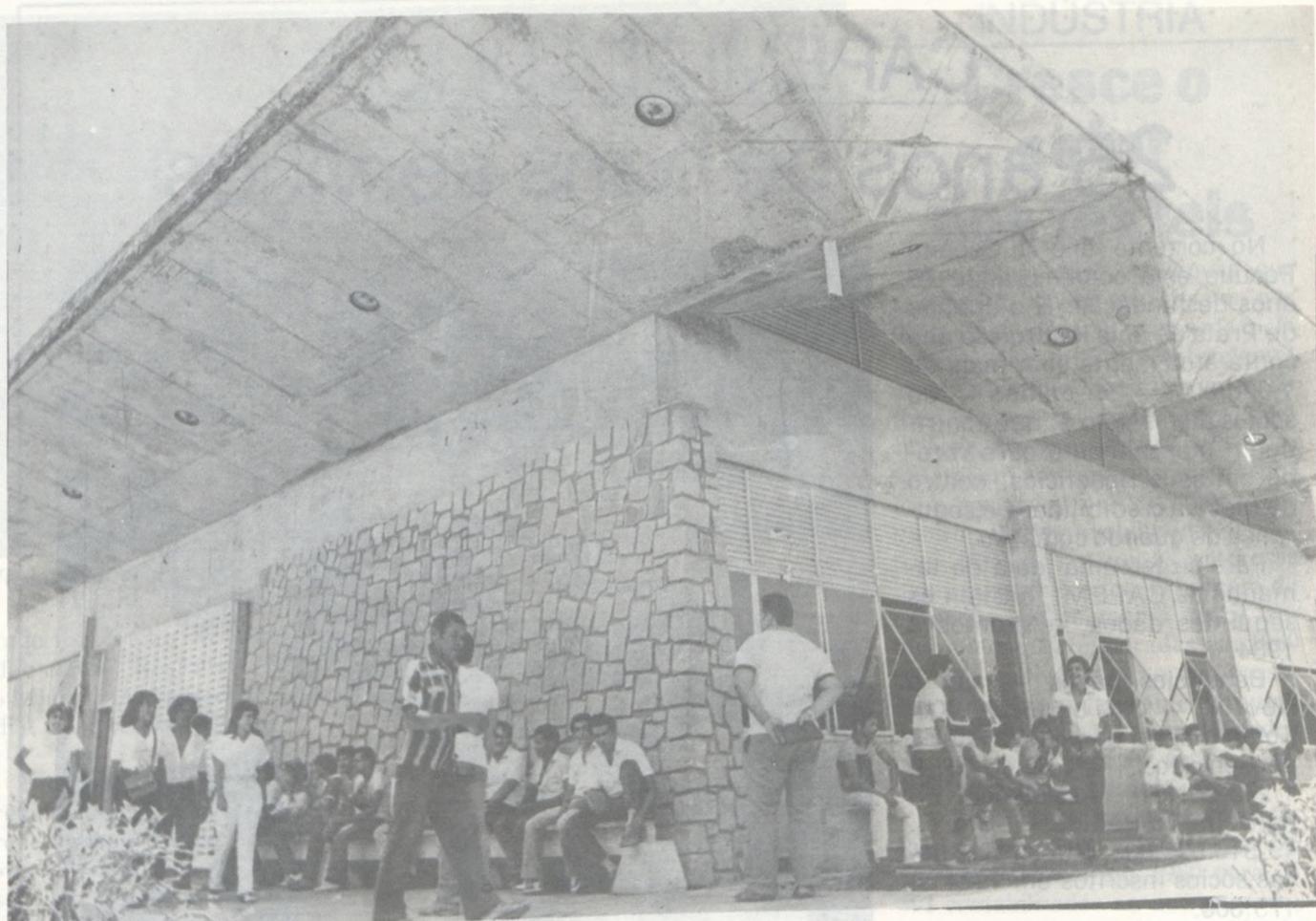
masculino e feminino, por conta da CAPEMI.

Aqui em Natal serão disputadas as seguintes provas:

- a) Categoria Infantil
- b) Categoria Infante-Juvenil
- c) Categoria Masculino Competição
- d) Categoria Masculino Passeio e Feminino.

A competição ocorrerá na Praia do Forte e contará com o apoio da FENAT e da Federação Norte-riograndense de Ciclismo que supervisionará todas as provas.

As inscrições já estão abertas no Castelão, no Palácio dos Esportes, na Loja do Atleta e na sede da CAPEMI à Av. Deodoro, 459.



Um Campus caótico

EDUCAÇÃO

A UFRN fica à margem das mudanças da Nova República

Nada mudou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o advento da Nova República. Em termos de funcionamento, as velhas deficiências continuam e algumas, inclusive, agravaram-se. No que diz respeito à democratização de toda sociedade, prometida e jurada pela Nova República, o que se vê e se pressente no dia-a-dia da UFRN é algo muito diferente.

Com essa colocação, concordam as lideranças dos docentes, funcionários e estudantes. A professora Marlíria Nóbrega, presidente da Associação de Docentes da UFRN — ADURN — inclusive, vai mais longe e afirma que “a nossa Universidade retrocedeu em alguns anos na história”. A fragmentação

da administração central, “o Reitor que reina, mas não governa”, a manutenção da ASI, a falta de material nos cursos, são apenas alguns dos sinais que parecem comprovar a afirmação da professora Marlíria.

PROBLEMAS REPETIDOS — Para Hugo Manso, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes, os problemas que afligem a Universidade constituem-se em tripé que subsiste a todas as administrações e Repúblicas: a questão da democracia, das verbas e da autonomia universitária. Quanto à democratização da Universidade, Hugo considera que as relações atuais entre administração, funcionários, docentes e estudantes continua com os mesmos

vícios de antes. Ressalta apenas a luta positiva pela eleição direta para Reitor, que já se constitui um fato real, mas critica a “ilusão negativa que a Nova República está passando para as cabeças da pequena burguesia pseudo-intelectualizada”.

Se a democratização é “uma ilusão”, a situação financeira da UFRN continua tão caótica como no passado. As dificuldades criadas pela insuficiência de verbas continuam apresentando um ritmo crescente, reconhecido até mesmo pela administração central. Na estagnação, segundo Hugo, ficou apenas a questão da autonomia universitária. “Todas essas questões”, diz ele, “estão sendo discutidas na Comissão de Alto-Nível formada pelo

Governo da Nova República. Só que é bom lembrar que todos os ministros da Educação do regime autoritário adotaram a mesma política, constituindo comissões que nunca chegaram a resultados práticos para a comunidade universitária”.

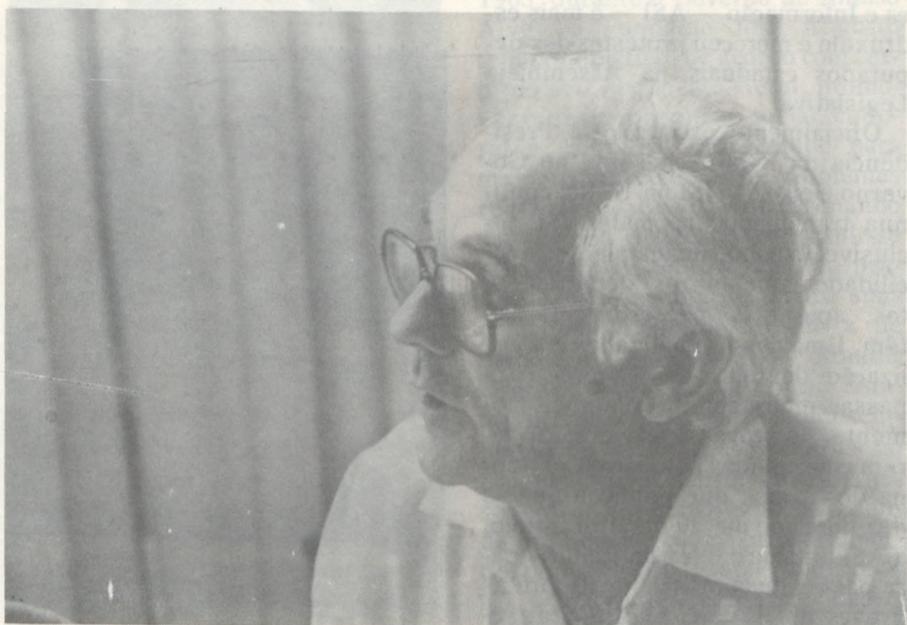
LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

— Especificamente, no dia-a-dia de cada curso ou dentro das salas de aula da UFRN, as três questões citadas pelo ex-presidente do DCE assumem proporções de uma verdadeira “luta pela sobrevivência”. É o caso dos “diários de aulas” que ainda não foram entregues pela administração central, o que vem obrigando os professores a registrarem suas atividades em folhas de papel ou cadernos. A isso, soma-se a falta de uma infra-estrutura que permita o completo funcionamento de muitos dos cursos oferecidos pela UFRN. A falta dessa infra-estrutura, que a administração central atribui à escassez de verbas, é a principal responsável pelo não reconhecimento do Conselho Federal de Educação — CFE — a nove cursos da UFRN e pelo encontro de chefes de departamentos e coordenadores de cursos, realizado no início do mês na Granja Emaús.

“O encontro de chefes de departamentos e coordenadores de curso” — segundo a professora Marlíria Nóbrega, que é do Departamento de Educação — “aconteceu exatamente porque todos estão cansados dessa situação. As reivindicações apresentadas ao Reitor, no ano passado, ainda não foram atendidas e a cada dia fica mais difícil pôr os cursos em funcionamento”. Os resultados apresentados pelas discussões realizadas durante esse encontro foram um só: as dificuldades continuam, e é preciso encontrar soluções para ela.

Essas soluções, no entender de algumas lideranças universitárias, podem ser encontradas dentro da própria UFRN. O que falta é a disposição da administração central de assumi-las, já são saídas políticas. Dentro desse pensamento, questões como a do Restaurante Universitário, da FUNAM e da FUNPEC, que continuam a ser discutidas sem apresentarem perspectivas de soluções, seriam resolvidos. Falta, no entanto, alguém para tomar as decisões.

“O REITOR REINA ...” — A fal-

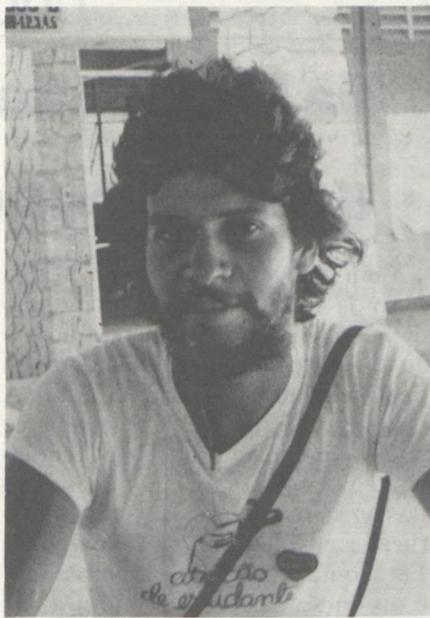


Genivaldo Barros, Reitor criticado

ta de alguém para assumir o que as lideranças chamam de “saídas políticas” para alguns problemas da UFRN, acabou cunhando uma expressão para o Reitor Genivaldo Barros, a quem, teoricamente, caberia preencher essa falta: “O Reitor reina, mas não governa”.

Para Hugo Manso, a expressão não causa espanto. “Isso, diz ele, é sentido desde que houve a indicação do atual Reitor. Ele não tem uma política pessoal para a Universidade, e o que se vê na sua equipe de auxiliares é a desarmonia de ações”. A professora Marlíria Nóbrega lembra que o próprio Reitor, em diversas ocasiões, afirmou que “na administração da UFRN, eu só faço assinar”.

Essa situação, segundo a profes-



Hugo Manso: os mesmos vícios

sora, gerou uma disparidade na estrutura da Universidade: decisões, como a tomada de orçamento, prestação de contas e distribuição das verbas, que deveriam passar pelos Colegiados Superiores (Consuni e Consepe) são tomadas dentro das Pró-Reitorias ou em outros gabinetes fechados. O surgimento e fortalecimento das “administrações paralelas” também são casos conhecidos que se originaram desta situação.

TERROR E ESPIONAGEM — Os mais famosos dos casos de “administração paralela” são a subsistência da Assessoria de Segurança e Informação — ASI — e o “Governo do Coronel Mosca, prefeito do Campus Universitário há quase dez anos”.

Denunciado dentro da comunidade universitária, o “governo do Coronel Mosca” mereceu uma matéria na edição de número quatro da “Agência Tec-Tec”, editada pelos estudantes do Curso de Comunicação Social. Sob o título “Coronel Mosca instala clima de terror no Campus Universitário”, a matéria denuncia que “uma verdadeira guerra suja está sendo travada entre o perpétuo prefeito do Campus Universitário e os vigilantes”. A guerra suja referida pela matéria é a discriminação que o Coronel Mosca faz aos vigilantes com os quais não simpatiza pessoalmente. Ainda segundo a matéria, o Coronel Mosca “é um homem temido e respeitado (...), distribuindo punições administrativas”.

O caso da Assessoria de Seguran-

ça e Informação — ASI — é mais esdrúxulo e mereceu protestos dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa.

Oficialmente extinta pela Presidência da República ainda no Governo Geisel, a ASI na UFRN continua trabalhando normalmente, inclusive dispondo de instalações e facilidades que outros departamentos, apesar de necessitarem, não têm. Uma dessas facilidades é a utilização do telex da Reitoria para passar mensagens a qualquer momento. As provas dessa situação foram conseguidas pelo jornal «Tribuna do Norte», que publicou que às dez horas do dia 30 de abril último, a ASI utilizou o telex da Reitoria para passar duas mensagens sobre as greves do Estado. A primeira, registrada sob o número 575, comunicou a decisão dos professores estaduais em continuar com a greve; a segunda dessas mensagens comunicou a continuidade da greve dos estudantes da Escola Superior de Agricultura de Mossoró — ESAM — e as providências que estavam sendo tomadas pelo diretor daquele estabelecimento de ensino. As atividades da ASI na UFRN podem ser medidas pelos assuntos abordados nas mensagens, que extrapolam o âmbito da Universidade, e pelo número de telex que foram expedidos somente este ano: 576.

Comandada há vários anos por Adriel Lopes, a ASI hoje conta com uma das melhores estruturas funcionais da administração central da UFRN. Instalada em uma dependência da Biblioteca Central do Campus, a ASI conta com um telefone direto (231-6710) e com dois ramais ligados à central telefônica do Campus, privilégio que não é concedido a nenhum diretor de Centro da UFRN.

A SITUAÇÃO VAI PIORAR — Analisando todos esses aspectos, Hugo Manso considera que “a tendência, quanto ao caos em que encontra-se a administração da UFRN, é piorar” devido ao acirramento das disputas internas para a sucessão do Reitor Genivaldo Barros. “Já hoje”, diz ele, “todo pró-reitor e diretor de Centro quer ser Reitor”.

Em oposição a essa tendência, algumas propostas são colocadas. Uma delas é que professores, funcionários e estudantes tenham uma política unitária para saberem eles mesmos gerir a Universidade. As li-



Marliria: primeiro passo

deranças universitárias também consideram de suma importância, como passo inicial, a realização de discussões sobre “as três grandes questões da Universidade: democratização, verbas e autonomia”.

Neste sentido, é que os professores da UFRN realizaram um congresso para discutirem propostas de reestruturação da Universidade, entre os dias 15 e 18 de maio. No encontro, foram abordadas as questões de eleição para Reitor, estruturação da carreira funcional e definição de uma política de ensino, pesquisa e extensão.

PRIMEIRO PASSO — Na plenária final do Congresso, os professores aprovaram apenas as resoluções

sobre eleições para Reitor e sobre estruturação de carreira, deixando a questão da política acadêmica para um grupo de trabalho aprofundar. Sobre a eleição para reitor, os professores universitários decidiram que a escolha tem que ser feita através do voto direto e terminar no âmbito da Universidade, evitando a interferência do MEC ou do Governo Estadual. Aprovou-se, ainda, o voto paritário, possibilitando a participação igual de todos os setores da comunidade universitária, e estabeleceu-se que os candidatos deverão ser, necessariamente, professores em exercício de funções acadêmicas.

Sobre a estruturação da carreira, os docentes votaram pelo fim do regime de quarenta horas, subsistindo apenas a dedicação exclusiva ou as vinte horas, além da eliminação da diferença hoje existente entre funcionários estatutários e celetista. O papel dos Departamentos de Cursos também foi reforçado na medida em que aprovou-se uma proposta conferindo a eles toda autoridade para definirem o processo de concursos públicos, única forma de admissão aceita pelos docentes.

Analisando os resultados apresentados pelo Congresso de Docentes da UFRN, que serão levados para o Conselho Nacional de Docentes — CONAD — a professora Marliria Nóbrega diz que esse foi “o primeiro passo para mudar a Universidade, inserindo-a na Nova República”.

CARLOS ANTÔNIO

CULTURA

Na Fundação José Augusto, a esperança de novo tempo

Com a recente criação do Ministério da Cultura e após a nomeação do novo Ministro, em substituição a José Aparecido, outra realidade se descortina para a política cultural. A transição, despojada já de boa parte do entulho do autoritarismo, tem levado os intelectuais e políticos ligados ao setor a partir para novas posturas com relação à participação do Estado na administração, promoção e produção da arte e da cultura. Os primeiros passos dados nesse senti-

do levam a questionamentos sobre a própria política cultural, que se quer mais séria e democrática, e principalmente quanto a necessidade imprescindível de mais verbas para o setor.

Em Natal, desde há cerca de dois anos, tanto os dirigentes culturais como os produtores têm se mostrando interessados em discutir mais profundamente os problemas inerentes às áreas de arte e cultura na busca de soluções. Na busca tam-

bém da valorização do trabalho intelectual, estes têm se reunido para debates sobre o plano de ação cultural. A Comissão Interinstitucional de Cultura, que reúne dirigentes de vários órgãos culturais do Governo, e mais a participação de entidades dos artistas — como por exemplo a Coart — têm sido um pólo aglutinador.

Independente das diferenças de interesses, na hora do debate sobre a promessa de novos rumos para a cultura, há como que uma espécie de conciliação. O papel da Fundação José Augusto, nesse debate, tem sido preponderante. Todavia, só o tempo dirá o que é mera promessa ou verdadeiro compromisso com as mudanças suscitadas após a criação do novo Ministério. Terá que se aguardar, também, a resposta que o Ministério, ainda modesto e sem a



Valério Mesquita: confiando

tradição dos seus congêneres, dará às pretensões tanto de dirigentes quanto dos artistas.

O PAPEL DA FJA — Criada em

1963, durante o Governo de Aluizio Alves, a Fundação José Augusto tem por objetivo, de acordo com texto do seu Regimento Geral, promover o desenvolvimento social, cultural e científico, concorrendo para maior compreensão dos problemas regionais e locais e, proporcionando seu estudo e debate, constituir-se um centro de alta cultura, de pesquisa e documentação. Entre suas principais atribuições, estão a de estimular, desenvolver e difundir todos os níveis de cultura no Estado, preparar pessoal para o desempenho de atividades prioritárias ao processo de desenvolvimento, desenvolver um plano editorial visando promover o autor potiguar e nordestino. Em seu estado de dicionário, a palavra **fundação**, além de ser ato ou efeito de fundar, é um substantivo feminino que significa ato do

Os escritores partem para mais uma eleição na UBE

Contando com cerca de 40 escritores inscritos, a UBE — União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte, com sede provisória na Fundação José Augusto, começa a dar os passos para a implantação efetiva do órgão no Estado. Fundada há cerca de seis meses, quando foi eleita a diretoria encabeçada pelo escritor Franco Jasiello, esta assumiu voluntariamente o compromisso de em poucos meses convocar novas eleições e agora, parte para cumprir o compromisso. A UBE local, que nasceu já sob o signo da polémica e da competição, parece que ainda levará algum tempo para superar o ceticismo de alguns dos escritores locais e os reunir em torno dessa que, à nível nacional, além de atuar como uma entidade de classe, tem se posicionado diante dos fatos políticos e sócio-culturais do País.

Tendo contado com a maioria dos votos, a chapa formada por Franco Jasiello (presidente) conta com dois intelectuais ligados à FJA: Racine Santos (secretário), Edna Duarte (tesoureira), além do mesmo Franco, que, embora diretor do Centro de Convivência Djal-

ma Marinho, no Campus, dada a sua condição de dirigente cultural também está ligado àquela Fundação. A diretoria conta ainda com o poeta Luís Carlos Guimarães (vice-presidente) e, demonstrando boa abertura, com um representante das novas gerações: a jovem poeta Marize Castro.

Convocada a Assembléia Geral para marcar a data da eleição, definir os critérios e elaborar o Regimento Geral, no dia nove de maio passado, a Assembléia não pode ser realizada porque não contou com número suficiente de escritores. Não sabendo porque motivo estes não compareceram — se por falta de maior divulgação na imprensa ou por indiferença — Franco Jasiello marcou nova data para realização da assembléia. Enquanto isso, o escritor fala sobre o II Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo 40 anos após o primeiro.

ESCRITORES EM AÇÃO — Para Franco Jasiello, o saldo geral do Congresso “não foi muito positivo”. Mas destaca a coincidência do contexto histórico entre este último e o primeiro, realizado em 1945, na época em que o País se

redemocratizava e o de agora, quando o País também passa por um processo de redemocratização. As datas, coloca, simbolizam o fim de dois regimes autoritários — o de Vargas e dos militares, com o reencontro da sociedade civil com a Democracia. Por outro lado, o Congresso, que contou com cerca de mil escritores de todo País, por isso mesmo ficou limitado a debates de nível baixo. “Se prendeu muito a lugares-comuns”, critica ele.

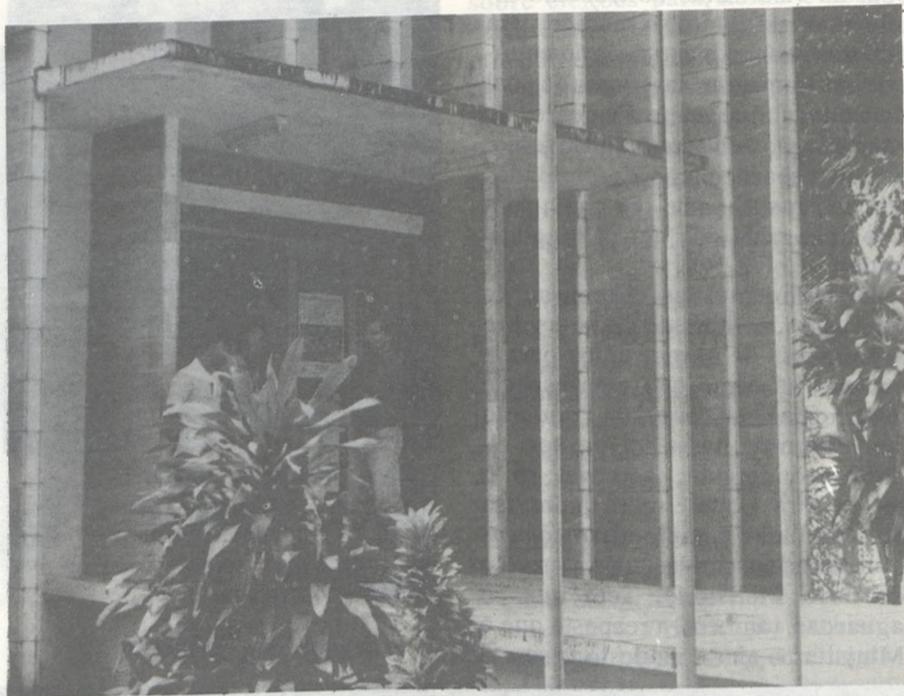
De prático, porém — e aí ele ressalta outro ponto positivo — foi feita uma Carta-Documento em que constam as reivindicações da categoria. Entre as principais, ele destaca o reconhecimento da profissão e indicações de leis que possam proteger os direitos autorais. Quanto à UBE local, que conta com escritores consagrados e novos, entre os quais Américo de Oliveira Costa, Diógenes da Cunha Lima, Antônio Soares Filho, Alex Nascimento, Marize Castro e outros, Franco afirma que esta está em sintonia com as reivindicações dos escritores à nível nacional. Adianta, ainda, que há contatos com a UBE de Pernambuco, criada também há pouco, para se partir futuramente para uma espécie de Federação à nível regional. Por ora, a proposta está em estudo devido ao fato de que a congêneres pernambucana também está em fase de organização.

PEÇAS PARA VOLKSWAGEN E FIAT



CASA DO VOLKS
Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

A Casa do Volks já é um ponto de referência no comércio de peças e acessórios para Volkswagen e Fiat, em Natal. Agora, uma boa notícia para sua clientela: a Casa do Volks é distribuidora da caçamba reboque Ribotta, fabricada em São Paulo. Os modelos das caçambas Ribotta são especiais para praia e campo, usadas também em várias utilidades, como depósito para gelo, converte em armário, espaço para pneu de suporte. Capacidade para 300 quilos de carga. Facilmente adaptável a todos os tipos de carros.



Na Fundação, problemas de dinheiro

Estado ou liberalidade privada, por doação ou testamento, que institui uma pessoa jurídica autônoma destinada a fins de utilidade pública ou beneficência, mediante dotação especial de bens livres.

Ligada ao Governo do Estado — já que a nomeação do seu presidente é feita pelo Governador — a Fundação José Augusto é o principal órgão cultural colocado aos interesses do Estado, que variam de acordo com a política partidária-ideológica, programa de Governo, ou chefe do Executivo estadual. O atual presidente da FJA, Valério Mesquita, contanto seja um intelectual, é antes de mais nada político. Filho de tradicional família de políticos de Macaíba, os Mesquita, tendo inclusive sua esposa, Odiléia Mesquita, frente à Prefeitura daquele município, Valério procura conciliar sua atividade como dirigente cultural e sua inegável vocação política. Tendo seu reduto eleitoral em Macaíba e área circunvizinha, e acreditando no prestígio que desfruta junto às categorias mais cultas da população, Valério já está preparando sua candidatura a deputado estadual nas eleições de 1986.

Mas até lá, Valério terá que dividir suas preocupações com os dois tipos de política em questão: aquela ligada especificamente à cultura e a partidária. Em entrevista à **RN/Econômico**, Valério comenta as questões pertinentes à cultura, e anuncia que estará deixando o cargo

logo no início de 1986 para se dedicar à campanha que poderá levá-lo à Assembléia Legislativa. O seu mais provável sucessor na presidência da FJA é o jornalista Paulo Macedo que, segundo comentários de artistas locais, já contaria com a simpatia, senão o apoio, de Valério Mesquita.

Em seus quadros, a atual diretoria da FJA conta com intelectuais (alguns artistas ou produtores culturais mais críticos preferem chamar os intelectuais da Fundação de «burocratas da cultura») ligados ao PDS e/ou PFL. Nem sempre contando com respaldo de uma sólida infra-estrutura de apoio, alguns daqueles intelectuais não escondem suas ambições políticas. É o caso de Racine Santos, intelectual que trabalha na FJA e foi candidato a vereador pelo PDS nas eleições de 1982. Sua atuação como animador cultural, todavia, não foi suficiente para levá-lo à bancada do partido do Governo na Câmara Municipal.

Nas últimas eleições, o PT foi o partido que contou com o maior número de intelectuais concorrendo a cargos políticos no Rio Grande do Norte. Não conseguiu eleger ninguém.

POLÍTICA E CULTURA — Diariamente, de 7 às 13 horas, durante o expediente na Fundação José Augusto, dezenas de pessoas aguardam audiência com Valério Mesquita. A maioria são pessoas que não têm a menor participação no proces-



Sempre muita gente esperando ajuda

so cultural, mas gente do povo à procura do Valério político. Outros são artistas e dirigentes culturais. Sempre bem humorado, Valério brinca: "Fico surpreso com tanta gente querendo falar comigo. Como explicar isso?", interroga ele.

Retomando a seriedade, Valério se dispõe a falar sobre os problemas da Fundação. Começa pelo principal: a escassez de recursos financeiros. O ritmo da «Nova República» — pelo menos teoricamente, levando-se em consideração o legado deixado por Tancredo Neves — é de austeridade. Ainda que algumas mordomias não estejam sendo descartadas pelos novos políticos no poder. Por ora, a exigüidade de recursos para a cultura continua. "Tanto na área do Governo Federal, quanto Estadual", destaca Valério Mesquita.

"Principal subsidiador dos projetos culturais", assim ele se refere ao Governo Federal, num implícito voto de confiança na política que poderá ser desenvolvida pelo Ministério da Cultura. Superada a escassez de verbas, a política da FJA é dar continuidade à restauração de monumentos históricos e incentivar a animação cultural. Dentro desses objetivos, foram aprovados, pelo antigo MEC, projetos de restauração que possibilitaram uma primeira etapa de execução de três obras: a restauração da Capela Cunhaú, em Canguaretama, e os Mercados Públicos Centenários de Ceará-Mirim e Macau.

A primeira etapa das obras contou com recursos — no valor aproximado de Cr\$ 80 milhões para as três — repassados pela Fundação Roberto Marinho, Governo do Estado e Prefeituras. Com o desmembramento do MEC, criando-se o Ministério da Cultura, não houve destaque orçamentário para o exercício de 1985. Em decorrência disso, as obras de recuperação do Mercado de Ceará-Mirim tiveram que ser paralisadas. O problema poderá sustar a continuidade das duas outras. "Se não houver imediata suplementação", completa Valério.

Preocupado com isso, Valério Mesquita marcou audiência com o então Ministro José Aparecido, para o final de abril. Na semana da audiência, ocorreu a transferência de José Aparecido para o Governo do Distrito Federal. Restou a Valério esperar a indicação do novo Ministro, para marcar nova audiência e então solicitar suplementação de recursos para essas obras. Adotada a nova política de incentivo à animação cultural — teatro, folclore, artes plásticas, música, literatura — Valério, por ocasião dessa sua viagem a Brasília, irá até o Rio de Janeiro, onde deixará aos cuidados da Funarte o pedido de imediata liberação de verbas para a animação cultural naquelas áreas.

É interessante notar que Valério Mesquita também deixará para estudo na Funarte o novo Projeto Galeria do Povo, de autoria do artista plástico de Natal, Eduardo Alexan-

**ECONOMIZE
COMPRANDO
NO ARMAZÉM
PARÁ**



Hoje, você quando pensa em construir, reformar, ampliar, a primeira idéia que ocorre é como gastar pouco e ter um material de qualidade. Então a solução aparece com o nome do **ARMAZÉM PARÁ**. Procure nos seguintes endereços: Loja 1, Av. Antônio Basílio, 180; Loja 2, Rua Almino Afonso, 40 e Loja 3, Av. Prudente de Moraes, 2007 ou pelo PABX 223-4977. Em cada uma delas, você vai encontrar uma empresa preocupada com o seu problema, pronta e em condições de lhe atender, dando orientação quanto a aquisição e aplicação do produto ideal para o seu caso, em particular. **ARMAZÉM PARÁ** mantém à disposição de seus clientes, uma equipe especializada, em condições de orientar e fornecer produtos de qualidade a *preços sem igual* na praça. Nosso slogan confirma a tradição — **ARMAZÉM PARÁ — O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO.**

**ARMAZÉM
PARÁ**

**IMPORTADORA
COMERCIAL
DE MADEIRAS LTDA**

Rua Antônio Basílio, 180
PABX (084) 223-4977

dre, intelectual independente, que finalmente poderá levar adiante esse que é um projeto cultural democrático e inovador. O projeto já estava, há algum tempo, nas gavetas do Centro de Promoção daquela Fundação.

PLANO EDITORIAL — Com as recentes enchentes que deixaram grandes prejuízos à economia do Estado, aumentando os problemas sociais de um grande número de norte-riograndenses na mais extrema miséria, as prioridades do Governo do Estado naturalmente são para esses problemas. Por outro lado, Valério adianta que a FJA resente-se também da falta de recursos, por parte desse mesmo Governo, para seu Plano Editorial, bem como de recursos para investimentos destinados à ampliação da Biblioteca Pública Câmara Cascudo (veja RN/ECONÔMICO, n.º 163), preservação de museus e dos prédios pertencentes à FJA. E, finalmente, de aumento da verba de manutenção das atividades administrativas da própria instituição.

A verba de custeio para manutenção do órgão, Cr\$ 12 milhões repassados pela Secretaria de Planejamento, é insuficiente. A prioridade é para o pagamento das despesas essenciais — água, luz, telefone, combustível — ficando as demais para serem pagas com a suplementação de verbas. Atualmente, as despesas da FJA excedem a Cr\$ 20 milhões mensais. “A FJA elabora proposta prévia, mas esta é cortada em parte nas Secretarias de Planejamento e Fazenda”, critica ele.

A verba parece vultosa, mas estas

atendem aos muitos setores que compõem o organograma da FJA. Tanto na manutenção e administração, quanto na folha de pagamento de salários propriamente dita. O organograma é composto por Presidência (a vice-Presidência foi extinta), Conselho Diretor, Conselho Curador, Secretaria Executiva, Consultoria Técnica, Gráfica Manimbu, Diretorias Financeira e de Administração, Gerências de Produção e Comercial, Coordenadorias de Finanças e Contabilidade, Setores de Pessoal e de Serviços Gerais, Centros de Documentação Cultural, de Promoções Culturais, de Pesquisas «Juvenal Lamartine» e de Recursos Humanos.

Cada um desses setores subdivide-se em outros. Ligada ao Centro de Documentação Cultural, está a Coordenadoria de Atividades do Patrimônio Histórico e Artístico, a Coordenadoria de Produção e Documentação, Coordenadoria de Biblioteca, Restauração e Conservação, Museus, Produções, Documentação, Bibliotecas e Extensão. Além desses, o Centro de Promoções Culturais, a Coordenadoria de Atividades Artísticas, Coordenadoria de Atividades de Divulgação e Promoções, Criatividade, Desenvolvimento Científico, Divulgação e Promoções. Ao Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine, liga-se a Coordenadoria de Pesquisa e Informações. E, finalmente, ao Centro de Recursos Humanos, a Coordenação de Programação Didática e Coordenadoria de Assistência Técnica. □

JÓIS ALBERTO

DIREITO

Uma pesquisa em busca das aspirações da sociedade

O Instituto dos Advogados e a Ordem dos Advogados do Brasil, seções do Rio Grande do Norte, cu-

jos presidentes são respectivamente os advogados Pedro Simões Neto e Armando Ribeiro Holanda Leite,

iniciaram, na segunda quinzena de maio, uma pesquisa pioneira junto aos segmentos mais representativos da sociedade norte-riograndense, com o objetivo de elaborar um protocolo contendo recomendações aos representantes do Rio Grande do Norte na futura Assembléia Constituinte ou no Congresso Nacional, balizando, dessa forma, as discussões em torno de uma proposta constitucional. Foram distribuídos dois mil formulários, na capital e no interior, junto a associações civis, personalidades, lideranças formais e informais.

Os elementos informadores dessa pesquisa de opinião foram extraídos, mediante prévia autorização, do trabalho coordenado pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, patrocinado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, que recebeu o título de «Por Uma Nova Constituição — As Aspirações Nacionais». O advogado Pedro Simões Neto explica que as pesquisas, depois de apuradas, fornecerão matéria-prima para elaboração de um memorial à classe política, recomendando a defesa dos postulados eleitos pela sociedade norte-riograndense. “A pretensão é séria e inaugura propósito compatível com a Nova República: a manifestação da sociedade sobre os grandes temas de interesse nacional”, conclui ele.

REFORMA CONSTITUCIONAL

— Para as lideranças dos advogados, as mudanças anunciadas com o advento da Nova República só se processarão com alterações substanciais na própria organização do Estado e da Sociedade. Como instrumento jurídico capaz de modelar um novo Estado e uma nova sociedade, a Carta Constitucional deverá ser produto de reflexão coletiva, representativa das aspirações nacionais, “instrumento legítimo para formação de novo Pacto Social”.

A pesquisa se reveste, ainda, de maior importância por se tratar de iniciativa pioneira no Estado, já que a sociedade poderá se manifestar. □

Toda mãe merece o paraíso.



Neste Dia das Mães, com todo o respeito, pegue a mamãe dos seus filhos e venha com ela ao Tahiti.

Essa história de ser mãe é padecer no paraíso não tem graça nenhuma. Bom mesmo é usufruir das delícias do paraíso.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui

A professora Lucinha Morena vem realizando com os seus alunos de Educação Artística um projeto que, pelos resultados alcançados, mereceria notícia de primeira página.

Compositora, educadora atuante, Lucinha Morena transformou suas classes, compostas de alunos matriculados na **Escola Dulce Wanderley**, num grande e fecundo laboratório de criatividade.

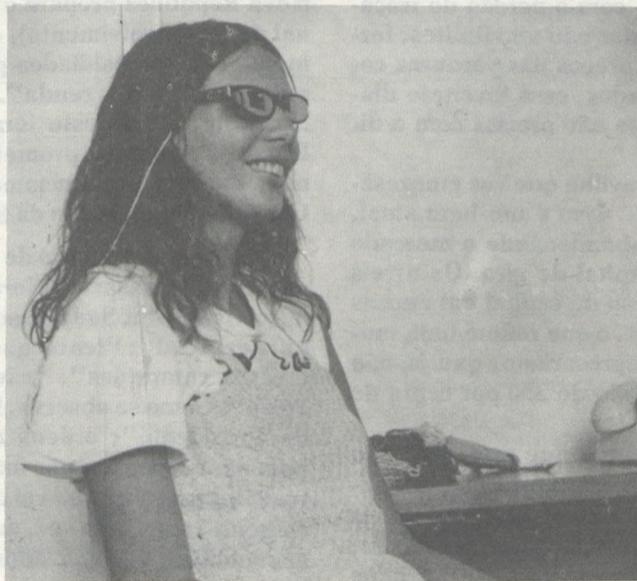
Não sabemos de trabalho semelhante, até agora, realizado na capital. Trabalho, aliás, que se valoriza pela constância e que serve de exemplo para todos aqueles que, dispondo de meios, não dispõem de imaginação nem de vontade de realizar.

Para Lucinha Morena a Escola é, ao mesmo tempo, seu trabalho e seu lazer. Sua metodologia está voltada para a valorização espiritual dos seus alunos que se vêem de repente partícipes de um processo de criação que engloba, desde a música até o desenho, a poesia, a prosa e o espetáculo, culminando tudo isto com a publicação de pequenos livros produzidos em mutirão.

Lucinha Morena enfrenta a má vontade e a indiferença de uma cidade inteira e de um sistema de Governo que despreza a cultura e a educação. Mas o seu trabalho cresce na justa medida do seu esforço; o comovido e comovedor depoimento de seus alunos o confirma. As atividades desenvolvidas por mestra e discípulos são repletas de afetividade.

Poucas vezes deparei experiências mais calorosas do que aquelas levadas a efeito pelas classes da Escola Dulce Wanderley, num subúrbio distante da cidade, endereço tradicional de maravilhosos dezembros — a Redinha, praia. Praia de margens perfeitas.

Há uma criatura romântica em Lucinha. Sua experiência, pioneira entre nós, aviva um debate apaixonante entre criatividade e tecnologia e ao mesmo tempo



Lucinha Morena em grande «pique»

reaviva nos jovens de uma comunidade a vontade de participar do humano destino.

Os alunos de Lucinha Morena têm **insights** poéticos como este, escrito em sala de aula pela aluna Lucinalva da Silva de Souza. Sob o título de **O Rico**, ela faz com maravilhosa candura uma muito pertinente crítica social: "O rico é tão maldoso/ E tão orgulhoso/ Quando passa um esmoler/ Ele não sabe o que é/ E só quer saber de gente/ Que não é de-

liqüente/ E quer trabalhar só para ganhar/ E é certamente infeliz/ E é tão intransigente/ Para as pobres gentes/ É tão ruim, quem é assim/ Só quer saber de quem sabe ler".

De repente, nos versos canhestros de uma criança, toda uma soma de indagações existenciais, ardidas pela precocidade. Em Iracema Rocha, da 6.ª série B do mesmo colégio, esse fantasioso desejo de evasão que atormenta e delicia às vezes algumas

próprios artistas que viviam e não alcançavam os meios de exteriorizar tudo o que sentiam, daí o interesse em despertá-los, tendo em vista que a maior frequência em suas inspirações está ligada ao seu cotidiano: sua mãe, o amor, a Redinha, o pescador, o mar, a escola, ou seja, tudo aquilo que está ao seu redor comumente. Quase desligados dos meios de comunicação (Televisão, Cinema, Livro, Jornal, Teatro) transmitem numa linguagem solta uma poesia puramente intuitiva".

Foram feitos apenas trezentos exemplares da obra e dela participaram os alunos-artistas. O apoio da Secretaria de Educação e Cultura foi muito modesto.

Está saindo este mês a chamada Cartilha Poética, que recebeu o título de **Memórias do Ano**, contendo a produção dos alunos, em desenho e anotações poéticas, referente ao ano de '84.

Desta vez a iniciativa contou mais apoio, denotando o crescimento do projeto no seio da comunidade e dos alunos. Para assinalar o lançamento da Cartilha, Lucinha Morena promoveu um espetáculo musical com entrada franca no Winston Churchill.

Disse a aluna Ivaneide Baracho, da 8.ª Série, Turma A: "A professora de Educação Artística é bastante delicada e mostra o seu interesse pelos alunos; ela representa para nós o símbolo da imaginação".

Muito justo.

FRANKLIN JORGE

O Nordeste e a inflação

OTÁVIO AUGUSTO

É difícil acreditar na queda da inflação. Se você é o responsável, o único a abastecer a geladeira e o armário da cozinha, mais difícil ainda. As contas do Governo não batem com os cálculos de quem vai ao supermercado. Nas feiras livres — com o perdão do trocadilho — a liberdade do vendedor não tem limites, forçando-o a procurar melhores preços das verduras comercializadas nos supermercados, essa invenção diabólica onde você compra o que não precisa com o dinheiro que não tem.

Leio nas folhas do sul-maravilha que «os empresários já não jogam na inflação». Isso é um bom sinal. Aos poucos, essa turma vai abandonando o mercado de crédito e fortalecendo o capital de giro. Os níveis de estoques (a melhor aplicação de capital em épocas de inflação) estão muito baixos, o que reflete uma mudança de expectativas do empresariado, que já não trabalha mais com uma previsão de 350 por cento de inflação para o corrente ano.

O próprio sistema financeiro é que está captando esses sintomas de reversão de expectativas. As aplicações financeiras estão mantidas apenas nos níveis de disponibilidade de caixa de cada empresa. Assim, devidamente informados, os banqueiros são forçados a reduzir as taxas de juros, embora essas mesmas taxas sejam pressionadas pelo financiamento do déficit público.

O Governo da Nova República não deve se preocupar com os desmandos do passado a ponto de não encontrar tempo para equacionar os problemas graves que tem pela frente. Ou seja, é recomendável não olhar para trás para evitar uma colisão com a carruagem que trafega mais adiante. Por exemplo: levantamento feito, no ano passado, sobre o aumento dos preços ao consumidor em diversos países, mostrou que apenas a Argentina acusou uma taxa superior à do

Brasil, em torno de 894 por cento, contra 208,7 do Brasil.

Com três grandes problemas pela frente — o déficit público, inflação e dívida externa — o Governo da Nova República prepara o seu 1.º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), e promete: “Doravante, somente serão subsidiados projetos que beneficiem populações de baixa renda”. Baixa renda é sinônimo de Nordeste, e Nordeste terá que ser Brasil, “vai ser Brasil”, conforme prometeu o Presidente José Sarney, durante pronunciamento na última reunião do Conselho Deliberativo da Sudene.

Do pronunciamento de Sua Excelência, guardamos outras promessas: “O Nordeste não sofrerá mais corte de verbas”; “a Sudene será transformada em autarquia especial”; “tenho que dar ordens de Presidente, e vê-las cumpridas”; “não incorreremos nos mesmos erros”. Como se observa, foram transmitidas “ordens de Presidente”, ordens que devem ser cumpridas, pois não! A região, por intermédio de suas lideranças mais representativas, vai cobrar essas promessas. Essa gente, mais uma vez, acredita no Governo, na decisão política, mesmo alimentando uma pontinha de desconfiança de que todo esse discurso tenha endereço certo — abafar o rumoroso caso Sulbrasileiro, que representou “a perpetuação da ineficiência”.

Vamos repetir os números do Nordeste, para que depois não digam que não foram avisados: 4 milhões de pessoas atacadas pela esquistossomose, 3 milhões com doença de Chagas, 17 mil novos casos de tuberculose, 66 por cento da população rural infantil — entre 1 a 5 anos — afetados pela desnutrição e 34 por cento do total de óbitos de menores de um ano de idade — em consequência de alimentação inadequada nos quatro primeiros anos de vida.

Intermédica

Av. Prudente de Moraes, 1495
Natal-RN — Fone: 223-3663



Assistência Médica Global à indústria,
comércio e bancos através de convênios.
Plano de Saúde Familiar/Individual.

* Consultas * Pronto Socorro *
* Laboratório * Ambulância * Dentistas

AGENDA DO EMPRESÁRIO

ÍNDICES

INFLAÇÃO

Maio	7,8%
No ano	61,6%
Em 12 meses	225,6%

ORTN

Maio	Cr\$ 38.208,46
Junho	Cr\$ 42.031,56

UPC

Trimestral (Junho)	34,34%
--------------------------	--------

INPC

Abril	9,49%
No ano	53,32%
Em 12 meses	221,27%

REAJUSTE SALARIAL SEMESTRAL

Junho	86,02%
-------------	--------

ICC (ÍNDICE DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO)

Maio	22,4%
No ano	80,7%
Em 12 meses	256,4%

ALUGUEL

Residencial-anual (Junho)	177,66%
Semestral (junho)	68,85%
Comerciais (igual à Corr. Mon. em 12 meses) (junho)	246,26%

CORREÇÃO CAMBIAL

Março	Abril	Maio
12,694%		10,01%

No ano: 72,348% (maio)
Em 12 meses: 246,886% (maio)

CADERNETA DE POUPANÇA (RENDIMENTOS)

Maio	
Junho	9,74%

MVR (Maior Valor de Referência) Cr\$ 167.106,70

SALÁRIO MÍNIMO Cr\$ 333.120

IPC (NATAL)

Abril	Varição Percentual
Índices de Preços	6,17%
Alimentação	5,85%
Habituação	10,30%
Despesas Pessoais	2,45%
Bens Duráveis	2,40%
Transportes	4,92%
Vestuário	18,69%
Educação	1,02%
Saúde	5,78%

Fonte: IDEC

INDICATIVOS AGROPECUÁRIOS

PREÇOS MÍNIMOS — SAFRA 1985 (em kg)

Feijão (anão)	Cr\$ 1.500
Feijão (Macassar)	Cr\$ 975
Mandioca (raiz)	Cr\$ 105
Sorgo (granífero)	Cr\$ 325,50
Milho (em grãos)	Cr\$ 361,66
Algodão (caroços)	Cr\$ 1.134

PREÇO DA TONELADA DE CANA (REGIÃO NORDESTE)

Posta na esteira	Cr\$ 57.597,60
Preço líquido	Cr\$ 42.899,16

PREÇOS DIVERSOS AO PRODUTOR

Litro de Leite (Cian) — Bruto	Cr\$ 750
Litro de Leite (Cian) — Líquido	Cr\$ 731
Arroba do gado bovino (Boi em Pé)	Cr\$ 69.000
Quilo Suíno	Cr\$ 6.000
Quilo de Ovino e Caprino	Cr\$ 7.000
Custo Médio da Diária no Campo	Cr\$ 11.000

— Fonte: Sertel S/C Ltda. Dados válidos para o RN



AGENDA

PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PARA JUNHO/85

- **PIS-D. R. C.**
Apresentar o Documento de Solicitação e Resumo de Cadastramento solicitando, até o dia 10 de cada mês, DCPIS à agência bancária.
- **PIS-DCPIS-D. R. C.**
Entregar até o dia 20, já preenchidos, à agência bancária o DCPIS e DRC.
- **Previdência Social e Funrural (IAPAS)**
Recolhimento das Contribuições. Primeiro recolhimento: dia 14. Segundo recolhimento: até o dia 28.
- **FGTS**
Efetuar, até o dia 28, os depósitos relativos às remunerações pagas no mês anterior.
- **PASEP**
Compete às entidades vinculadas ao PASEP providenciar o cadastramento dos servidores desde que ainda não cadastradas no PIS ou no próprio PASEP.
- **Cadastro de Empregados**
Entregar, até o dia 15, à repartição do Ministério do Trabalho a relação das admissões e demissões ocorridas em maio/85.
- **PIS-FINSOCIAL**
Recolhimento Mensal. Até o dia 20.
- **DIRF — Declaração de Imposto de Renda na Fonte**
As pessoas jurídicas que efetuam créditos ou pagamentos a terceiros, com retenção de Imposto de Renda na Fonte, apresentam a DIRF, mensal e anualmente.
- **Imposto de Renda**
Recolher o Imposto descontado na Fonte dos assalariados e das comissões, honorários, fretes e carretos, etc, pagos ou creditados no mês anterior. Atualmente os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na Fonte estão disciplinados nas Portarias do MF números 136 e 309, ambas de 1983.
- **Reajuste salarial**
Serão reajustados, a partir deste mês, os salários dos empregados, com datas-base em Junho/84 e Dezembro/84.



**GASOLINA E
ALCOOL NAO
SOBEM ATE'
20 DE JULHO**



A CHAVE DO TESOURO ESTÁ NO ELDORADO, O CONSÓRCIO NATALENSE.



O Consórcio Eldorado é o caminho que leva você do sonho à realidade do carro novo ou usado, de todas as marcas. Motos também. A álcool ou a gasolina. Parece um sonho mas não é. Afinal, o Consórcio Eldorado trabalha com duas maravilhas da vida moderna: o automóvel e a moto. Em três anos de atuação o Consórcio Eldorado já entregou a seus consorciados 862 veículos novos. O pioneirismo também faz parte do Eldorado. Pois, foi o primeiro Consórcio a criar grupos de carros usados, e o sucesso já é tanto, que em menos de 90 dias já lançou um terceiro grupo desta categoria. Além do mais o Eldorado é o único Consórcio local, que trabalha com todas as marcas, sem burocracias



e sem perda de tempo. As muitas solicitações já comprovam o sucesso. O Eldorado, nesses três anos, já formulou 18 grupos de consorciados, sendo 11 para carros novos, 3 para veículos usados, e 4 de motos, com aproximadamente 1.700 associados. Venha ao Eldorado. Fique à vontade em suas novas instalações com amplo estacionamento e exposição de veículos de todas as marcas, para sua maior comodidade. Quem compara fica com o Eldorado. Pois além de todas as vantagens oferecidas, o Consórcio estendeu aos seus clientes, a promoção da VW não aumentando o preço dos veículos dessa marca, durante o mês de março.



ELDORADO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Av. Prudente de Moraes, 1108 — Tel.: 222-9246 — Tirol — Natal-RN.

Quem sou eu

OLGA DE MATTOS

Não sei se por mero reflexo de uma concepção machista da prática jornalística provinciana, que reserva aos homens a exclusividade do talento para escrever sobre certos assuntos, durante as edições em que ocupei este espaço quase sempre as suposições sobre quem seria Olga de Mattos convergiram para a explicação mais ao alcance dos simplórios: trata-se de um pseudônimo. Na verdade Olga de Mattos pretendeu funcionar como uma espécie de alter ego dos jornalistas esportivos da cidade, debruçando-se sobre e analisando questões submergidas pelo marasmo que identifica o exercício da crônica esportiva em Natal.

Esse é, para mim, a face mais significativa do trabalho desenvolvido aqui, em torno de nomes, cobranças de transformações do que já se esgotou por si só e situações que empurraram o nosso futebol para a falência. As dívidas dos clubes, o empobrecimento da Federação e até mesmo a ameaça de suspensão do Campeonato Estadual de 1985 foram esmiuçados aqui há muito tempo e só despertariam a atenção dos demais veículos de comunicação quando o presidente da Federação Norte-Riograndense de Futebol revelou publicamente a dimensão das dificuldades enfrentadas.

Assim, ficou comprovada a minha tese de que o jornalismo esportivo local se nutre de fórmulas que identificam leitores e ouvintes como incapacitados para uma prática profissional que extrapole a rigidez da mediocridade, do «encher lingüiça». Nesse sentido, a revista evidenciou sua preocupação de seguir padrões de feitura que revelam a inteligência do leitor, até mesmo por conta da faixa social e intelectual que atinge.

Como todos já desconfiaram, este é o último texto de Olga de Mattos. E as considerações iniciais não trazem preocupação de capitalizar, de forma imodesta, méritos que, na verdade, pouquíssimas vezes foram mencionados, embora os comentários sobre diversificação de linguagem e abordagem de temas ligados basicamente ao futebol sejam uma espécie de atestado de competência.

Este último sinal tem somente um objetivo: insistir para que a inteligência seja resgatada e o leitor/ouvinte passe a desfrutar dos resultados de um jornalismo crítico, investigativo, denunciador. Há inúmeros fatos ocorridos recentemente — alguns nem tanto as-

sim — que evidenciam a urgência dessa mudança de curso, sob pena das páginas de jornal e programas de rádio na área esportiva serem tachados no mínimo de coniventes.

O mais grave deles é o assalto de empresários com pretensões políticas ao único patrimônio inalienável dos nossos clubes no momento: os torcedores. A trilha aberta pelo senhor Rui Barbosa, que transformou sua gestão na presidência do ABC no melhor instrumento de propaganda política começa a ser percorrida por neófitos que só trazem uma vantagem concreta aos clubes: o volume das suas contas bancárias.

Veja-se o exemplo do senhor Flávio Rocha, recém-lançado candidato a deputado federal pelo Partido da Frente Liberal. Seguramente aconselhado por candidatos a raposa, o empresário topou dirigir o Departamento Autônomo de Futebol do América, que reúne conselheiros e figuras influentes desgostosas com a administração do presidente Amando Siqueira. O cacife de Flávio Rocha é altíssimo. Segundo versão corrente no meio jornalístico em geral, o novo simpatizante do futebol só trata de negócios em dólar, o que parece justificar o epíteto de «candidato de um milhão de dólares».

Algum tempo atrás, a revista Placar publicou excelente reportagem comprovando a existência de corrupção — em maior ou menor grau — em todas as Federações Estaduais. Os rádios e jornais, por razões que me são inalcançáveis, embora suspeitáveis, «esqueceram-se» do mote e o assunto morreu por aí. Nenhuma linha sobre as acusações à FNF. Assim como no caso da capitalização política da paixão dos nossos torcedores pelos seus clubes.

Foi por episódios semelhantes que eu disparei algumas farpas contra a omissão, a inoperância, o amordaçamento, espontâneo ou ordenado. E talvez por isso formou-se o coro de curiosos, o jogo especulatório que, em nenhum instante, conseguiu aproximar-se da face de Olga de Mattos. O que eu tentei fazer aqui não abalou e nem transformou uma estrutura viciada, a partir da própria legislação, que coloca no mesmo saco gatos de cor, porte e importância diversas. Mas serviu, ainda que na última cena, para revelar quem é Olga de Mattos.

Eu sou o que vocês deveriam ter a coragem de ser.

OS NOVOS GOL 85 ESTÃO NA FRENTE.



VENHA FICAR FRENTE A FRENTE COM ELES.



MUDOU A CARA: OS GOL 85 TÊM NOVA FRENTE, HARMONIOSA, AERODINÂMICA.

E MUDOU O CORAÇÃO: ELES TÊM NOVO MOTOR 1.6 MD-270 COM MAIOR POTÊNCIA, MAIS ACELERAÇÃO, AGILIDADE, ELASTICIDADE, E MUITA ECONOMIA.

ALÉM DISSO, OS NOVOS GOL 85 TÊM INTERIOR COMPLETAMENTE NOVO. BANCOS ANATÔMICOS, QUE DÃO MAIS CONFORTO AO MOTORISTA, E MAIS

ESPAÇO PARA QUEM SENTÁ ATRÁS.

ACABAMENTO INTERNO MONOCROMÁTICO COM NOVOS PADRÕES E CORES. CINTOS DE 3 PONTOS AUTOMÁTICOS, DE SÉRIE. ILUMINAÇÃO CENTRAL. CONSOLE, MARCADOR DE TEMPERATURA, E NOVOS DETALHES QUE OS ATUALIZAM AINDA MAIS.

NOS NOVOS GOL 85 SÓ O MELHOR CONTINUA COMO ANTES: A EXTRAOR-



DINÁRIA ESTABILIDADE. A DIREÇÃO LEVE E PRECISA, OS FREIOS

EXCELENTES E PRECISOS.

OS NOVOS GOL 85 JUNTAM A MELHOR TECNOLOGIA A TUDO DE BOM QUE O GOL JÁ TINHA.

AGORA SOME TUDO ISSO COM NOSSOS PLANOS DE FINANCIAMENTO COM TODAS AS FACILIDADES, E UMA AVALIAÇÃO INCRÍVEL DO SEU CARRO USADO, QUE VOCÊ VIRÁ HOJE MESMO CONHECER OS NOVOS GOL S/LS 85.

OS CARROS QUE ESTÃO NA FRENTE.



GOL S/LS

MARPAS S.A.

TAVARES DE LIRA, 159 - PTE. SARMENTO, 592

CONCESSIONÁRIOS AUTORIZADOS

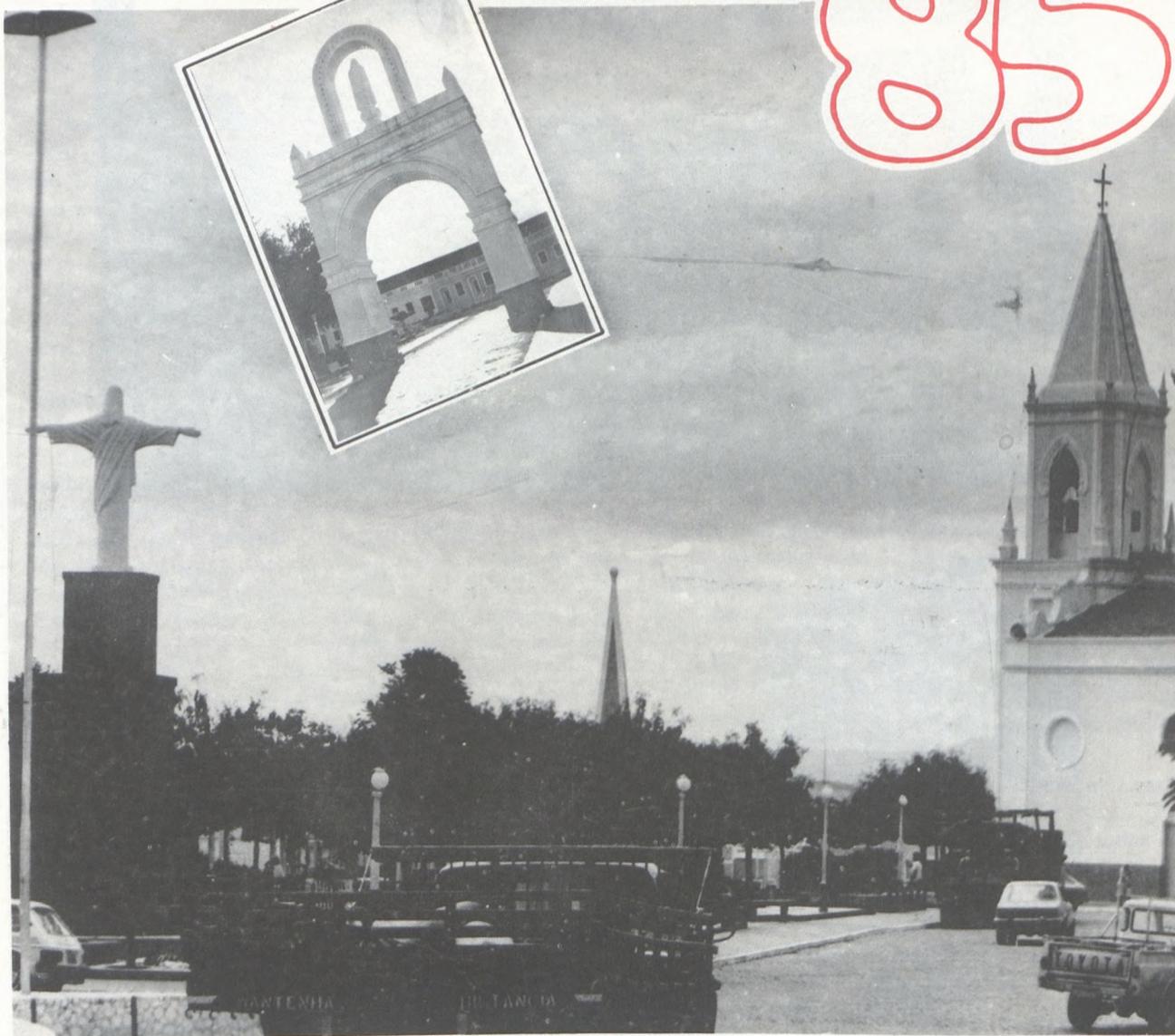


DIST. SERIDÓ S.A.

AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597

SERIDÓ

85



Vão chegando os seridoenses para as alegrias de uma grande festa, a maior de todas, a mais importante. A festa do encontro, do reencontro, das tradições, da fé e da renovação no amor de todos pela terra comum, que se

engalana nos dias de julho em honra de sua padroeira: SANT'ANA. Mais uma vez a nossa revista *RN/ECONÔMICO* prepara-se para escrever o documentário de um novo tempo na região do Seridó. Na edição de julho os

assuntos do Seridó serão enfocados com o merecido destaque.

Data de fechamento da edição: 15 de junho.
RN/ECONÔMICO
Rua São Tomé, 421 —
Telefone: 222-4722
NATAL-RN